



Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

<p>DIRECTOR HENRIQUE GALVÃO</p> <p>SECRETÁRIO DA REDACÇÃO F. ALVES DE AZEVEDO</p> <p>ADMINISTRADOR E EDITOR ANTÓNIO P. MURALHA</p>	<p>SEDE</p> <p>RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º</p> <p>End. Telefónico: MINERVA</p> <p>Telefone 24253</p> <p>PROPRIEDADE DA EMPRESA PORTUGAL COLONIAL</p> <hr/> <p>NÚMERO 50</p>	<p>PREÇO AVULSO</p> <p>Metrópole..... 3\$00 Colónias..... 4\$00</p> <p>(ASSINATURAS)</p> <p>Metrópole (6 meses)... 18\$00 Colónias (6 meses)... 24\$00</p> <hr/> <p>COMPOSTO E IMPRESSO OTOSGRÁFICA LIMITADA Conde Barão, 50 — LISBOA</p>
---	--	---

SUMÁRIO

CAFÉS COLONIAIS	<i>Henrique Galvão</i>
ALBUM COMEMORATIVO DA 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA.....	***
O ESTADO NOVO E O IMPÉRIO.....	<i>F. Alves de Azevedo</i>
ELEMENTOS PARA UMA MONOGRAFIA AGRÍCOLA DO DISTRITO DO NIASSA	<i>António de Figueiredo Gomes e Sousa</i>
UMA CARTA DAS COLÓNIAS PARA A METRÓPOLE. O LAGO NIASSA.....	***
PÁGINA LITERÁRIA—O SOL DOS TRÓPICOS.....	<i>Alice M. Barreira Antunes Gomes e Sousa</i>
«ALERTA POR PORTUGAL»	<i>Henrique Galvão</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>Berta Leite</i>
CONSULTÓRIO	<i>J. Santana Barreto e M. A. Moeller</i>
NO ESTRANJEIRO.....	***
IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS	***
O PROBLEMA NACIONAL DO COMÉRCIO IMPORTADOR DE ALGODÃO EM RAMA EM PORTUGAL ..	***
CRÓNICA DO MÊS.....	***
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA	***

Cafés coloniais



REALIZOU-SE em

Lisboa, há dias, com brilho e animação bastante prometedoras a «Conferência Nacional do Café». Teve, sob o ponto de vista prático, as qualidades e os defeitos dos Congressos—isto é, muito

poucas qualidades e abundantes defeitos. Mas o mal não é da responsabilidade dos organizadores que conseguiram, de facto, realizar um máximo interessante de vantagens, mas sim das próprias organizações e maneira de ser dos Congressos, que se me afiguram cada vez menos recomendáveis como formas de estudo objectivo dos problemas e organização de soluções.

Reservando para outro número desta revista, e para outro lugar, nas suas páginas, o relato sobre os trabalhos da Conferência, desejamos hoje aqui, apenas pôr em relêvo um facto, que durante a Exposição Colonial do Pôrto, já se evidenciou de forma notável. E o facto é o seguinte: O público não só manifesta o melhor dos acolhimentos aos nossos cafés coloniais, preferindo-os claramente aos cafés do Brasil, como também não oculta a sua surpresa ao saboteá-los. Não esperava que

fôssem tão bons— não sabia que havia nas colónias portuguesas café de tão excelentes paladar e qualidade.

É claro que a surpresa diz respeito a verdadeiros cafés coloniais e não a tudo que para aí vulgarmente se nos impinge como café de S. Tomé, do Cazengo, do Encoje, de Cabo Verde, de Timor — e que é tanto destas origens como eu.

Isto quer dizer que aos cafés das nossas colónias tem faltado, além doutros elementos de expansão comercial, uma propaganda séria e constante—uma propaganda do género daquela que instalou entre nós teimosamente os cafés do Brasil.

Na Exposição Colonial do Pôrto, os cafés autênticos de S. Tomé, Cabo Verde, Timor, Cazengo, etc., alcançaram um êxito verdadeiramente notável. O mesmo êxito se verificou por ocasião da Conferência Nacional do Café, que, inteligentemente, soube criar uma oportunidade de dar a conhecer cafés puros e genuínos.

Mas não tenhamos dúvidas: Estes êxitos não se prolongarão no tempo e tudo voltará à mesma se uma organização comercial dos nossos cafés coloniais amparada por uma propaganda teimosa não aproveitar o ambiente de simpatia e preferência que estes acontecimentos criaram.

É que a organização actual está montada em volta de interesses em que os cafés do Brasil pesam e dispõem da situação privilegiada que lhes dá um lugar de há muito ocupado e, digamos, trabalhosamente conquistado. O comércio que hoje realiza lucros com o café brasileiro, não transfere a sua organização para uma base de cafés coloniais, por simples patriotismo — enquanto o público conduzido pela propaganda, não tiver transformado

a sua preferência numa vontade e substituído um hábito por outro hábito.

As simples leis de protecção não bastam. De resto já hoje se pode dizer que a experiência demonstra que não bastam.

¿Porque não se organizam os principais produtores, que são também os principais interessados e aqueles a quem as crises mais directamente ferem, para realizar essa propaganda que hoje, facilmente, daria aos cafés coloniais portugueses um lugar indisputável no mercado metropolitano?

Com uma organização sua, tendo essencialmente em vista a propaganda, nem sequer teriam que recer as suas despesas exageradas. Bastava que eliminassem o intermediário e vendessem directamente, a retalho, os seus cafés destinados a propaganda, para que o lucro que antes davam ao intermediário, lhes permitisse arrostar com todas as despesas.

Semanas do café, instalação de pequenos postos de venda ao público, abertura de cafés em Lisboa, Porto e Coimbra onde expressamente não fôssem vendidos senão tipos genuínos de cafés coloniais, rigor na conservação dos tipos—seria um princípio de trabalho que encontraria imediatamente largas compensações para os produtores e magníficas vantagens para a economia das colónias exportadoras.

Não é complicado, nem é caro.

O meio é simpaticante.

A época é a mais favorável.

Porque não tentar? ¿Não seria um resultado prático, magnífico, da Conferência Nacional do Café?

¿E não seria mais eficaz que um, dois ou três decretos, correspondendo a aspirações orgânicas que, como outras decretadas também, não deram os resultados que todos esperavam?

HENRIQUE GALVÃO.

Album Comemorativo da 1.^a Exposição

Colonial Portuguesa

Saiu finalmente o Album Comemorativo da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa, há meses anunciado.

A edição pertence à Litografia Nacional a quem são devidos os primeiros e mais rasgados elogios. A sua apresentação e a perfeição de todos os trabalhos é inexcedível e podemos dizer absolutamente europeia. Este Album podia figurar em lugar de honra em qualquer grande certame internacional de artes gráficas e constitui a mais completa e bela edição de livros que se tem publicado em Portugal.

Não basta apenas ser industrial para produzir uma obra desta natureza. Os editores do Album são também artistas na melhor acepção do termo.

Constituem a matéria do Album, um prefácio de S. Ex.^a o Ministro das Colónias, um longo artigo do nosso director, sr. Henrique Galvão, sobre a Exposição Colonial que realizou (Textos em português e francês)—e alguns maravilhosos desenhos de Eduardo Malta reproduzidos em uma fidelidade que é impossível ultrapassar. Dir-se-há que o lápis do grande artista desenhou directamente em cada uma das páginas do Album.

O Album abre com os retratos dos srs. Presidente da República, Presidente do Conselho, Ministro das Colónias e capitão Henrique Galvão, pintados e desenhados por Eduardo Malta. Além dos retratos a lápis dos vogais da Comissão Organizadora da Exposição e duma série preciosa de desenhos de indígenas e aspectos da Exposição, contém ainda a reprodução a cores do famoso tríptico comemorativo da Exposição pintado por Eduardo Malta durante o certame.

Pelo seu valor artístico, pela apresentação modelar, pelo acontecimento que comemora e até porque se trata duma edição de reduzido número de exemplares o «Album comemorativo» é já hoje uma jóia bibliográfica que nenhum amador de livros deixará de desejar para a sua estante.

O ESTADO NOVO E O IMPÉRIO

POR F. ALVES DE AZEVEDO

ALGUÉM escreveu que «é de essência imperial o espírito nacionalista do Portugal de hoje». Esta fórmula rigorosamente exacta não quer significar de maneira nenhuma que aceitemos o critério imperialista rácico de Gobineau ou de Nietzsche, pois que em verdade o imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus e isto por se absorver na preocupação altruísta da cristianização das raças atrasadas que o mesmo é dizer na sua civilização. Semelhante atitude civilizadora impugna e desmente certos doutrinários que pretendem incluir-nos nessa coorte de defensores de treva cuja mania expansionista tão tristes acontecimentos tem trazido à Europa.



É numa ordem imperativa de D. Sebastião a Luíz de Ataíde que se encontra pela primeira vez definida a verdadeira fisionomia do imperialismo português: «fazei muita cristandade, fazei justiça» escrevia D. Sebastião, «pois se assim não fizerdes eu vos castigarei». Ameaça que certamente cumpriria tanto o seu critério era pôr acima das vantagens imediatas do soberano o supremo bem dos povos que se lhe haviam submetido.

É um erro supôr que esta expressão *Império Português* invoque quaisquer ideia de ambição política que não tenham ficado expressamente definidas na Constituição; essa expressão corresponde ao imperativo da raça e representa apenas a nova consciência que Portugal tem agora do seu destino histórico e do seu papel de principal defensor do património espiritual da Humanidade. Se não foram os portugueses dos tempos heróicos há séculos que a Europa estaria mergulhada nas trevas duma barbarie que apenas o sentido imperial que o Infante D. Henrique deu à Nação evitou. O impulso criador da nossa colonização no Oriente destruiu *in loco* o fremento mussulmano que ameaçava a cristandade Europeia. A êste propósito e com admirável inteligência escreveu Manuel Bernardes: «que as asas do Sol se mediam com o seu império e que aqueles povos infieis se não confedera-

vam contra a potência das suas armas mais que para ser delas triunfo e ouvir os anúncios da Paz Evangélica».

Esta noção de império que hoje podemos definir sinteticamente por a consciência ter feito grandes obras e pela vontade firme de as realizar ainda existe indissolúvelmente ligada ao conceito do Estado Novo. Esta mentalidade imperativa que nos afirma uma história feita de obras verdadeiramente imperiais no sentido romano da palavra insufla a vontade criadora de as realizar ainda e pode perfeitamente definir o Estado Novo pois exemplifica em verdade essa ância criadora e ordenadora de tódas possibilidades da Nação que habitualmente expressamos por essas palavras.

Escreveu o Dr. Armindo Monteiro nas suas «Directrizes de uma política ultramarina» a voz dos homens do ultramar eco longínquo do sentimento de todos os que descobriram os mares e as terras e conquistaram o Império diz-nos: o Estado Novo tem de obedecer a um espírito colonial para continuar a história de que vimos se fôr acentuadamente metropolitano poderá dar à grei criações maravilhosas no campo material mas confundirá com tódas as mais Nações tirando-lhe a sua verdadeira grandeza».

Com efeito: apenas o Império pode ser a unidade nacional amalgamando tódas as aspirações construtivas ao serviço da causa suprema do interesse português.

A Alma Lusitana conquistadora de impérios e desbravadora de mares ainda no próprio espírito não encontrou mais do que a Alma esforçada que a atirou para êsses empreendimentos. É indispensável assim acordar o sentido de Império em todos aqueles que no Estado Novo encontram a razão do seu destino tanto como o renascimento lusiada que é hoje o mais justificado motivo do orgulho nacional.



Nós não queremos contudo construir um Império política e economicamente isolado

(Conclue na página 18)

Elementos para uma monografia agrícola do Distrito do Niassa

(Estudo destinado à Exposição Colonial do Porto)

POR ANTÓNIO DE FIGUEIREDO GOMES E SOUSA

(Agrónomo do mesmo Distrito)

1. Situação geográfica. O Distrito do Niassa é limitado ao Norte pelo rio Rovuma, desde a confluência do M'Singe até à confluência do Lugenda, e pelo paralelo 11° 20' S desde o rio Rovuma até ao Chivinde, na margem do lago Niassa; a Leste pelo rio Lugenda, desde a foz até à confluência do Lucinge, pelo curso do Lucinge, por uma recta unindo a nascente dêste rio à nascente do rio Muangaca, e o curso do Muangaca até ao Lurio; a Sul e a Sueste pelo paralelo 15° 25' S desde a fronteira da Nyassaland até à nascente do Lurio, e pelo curso dêste rio até à confluência do Muangaca; a Sudoeste pela fronteira da Nyassaland; e a Oeste pelo lago Niassa desde o pôrto de Lichichí (13° 20' S) até Chivinde.

A superfície total do Distrito está calculada em 116.000 km.²

2. Geologia. Começando pelo relêvo orográfico, uma simples inspecção da carta física mostra a existência de duas zonas orográficas distintas embora de limites pouco nítidos. Uma, a que se pode chamar *zona alta* ou *montanhosa*, demora para oeste do rio Lugenda e do meridiano 37° Gr., com uma altitude média de 1.100 metros, à parte os cumes das montanhas, que atingem 1.600 a 2.000 metros (monte Kissindo 1.980 metros). A outra, a que se pode, pela sua configuração, chamar *zona das planícies*, compreende a parte leste do Distrito, com uma altitude média de 600 metros, atingindo os cumes das montanhas 1.200 a 1.500 metros (monte Mitubué: 1.500 metros).

O relêvo da zona montanhosa forma o sistema orográfico do lago Niassa. As serras mais importantes dêste sistema são: *Ci-ny-angombe*, que constitui o prolongamento

para sul da alterosa cordilheira Livingstone, ou montes de Kinga, os quais marginam o lago no território do Tanganica, *M'Senga* e *Chitangala*, que derivam da serra *Ci-ny-angombe* para nordeste, e finalmente a serra *Ayaua* ou *montes Yaos*, que se prolongam do maciço central também para nordeste. O maciço central é por sua vez constituído pelo grande planalto que une, ao sul, tôdas estas serras. Para leste dos *montes Yaos* encontram-se ainda os *montes Oizulos* que, segundo parece, fazem parte dêste sistema. Ao sul do grande maciço central existem numerosos montes dignos de menção, quer pela sua altitude quer pela sua configuração, como por exemplo *Mangochi* (1.600 metros) e *Mulele* (1.500 metros), êste último caracterizado pela sua forma cônica, semelhante à dum vulcão, etc.

Na zona das planícies as montanhas encontram-se dispersas, formando um sistema orográfico especial, com excepção dos montes *Inhamuelos* e *Mitubué*, situados próximo do rio Lurio, que parece pertencerem ao sistema orográfico de Namúli.

Quanto à natureza geológica predominam os terrenos primitivos, os quais ocupam a quasi totalidade da superfície do distrito. As rochas mais comuns são os granitos e os gneisses, que afloram especialmente nas montanhas em grandes massas. Os granitos modernos aparecem em pequenas manchas no Chivinde, sobre o lago Niassa, e na região de Mandimba, fronteira da Nyassaland.

Ao norte, ao longo do rio M'Singe até ao Rovuma, há uma grande mancha de *Karoo*, ainda pouco conhecida, na qual foram assinalados alguns jazigos hulhiferos. Há ainda outra mancha de *Karoo* no vale do Lugenda, próximo de Rovuma, conhecida pelo nome de mancha de Litule, de superfície muito mais reduzida do que a do M'Singe.

Os terrenos do terciário a recente encontram-se ao longo do Rovuma formando uma extensa mancha que aumenta de superfície para leste, e bem assim ao norte do lago Amaramba, numa extensão mais reduzida.

Exceptuando os terrenos arenosos do terciário a recente e várias manchas arenosas dispersas por todo o distrito, sobretudo na zona das planícies (Mahúa, Mecanhelas), o solo agrícola é essencialmente argiloso, mais ou menos avermelhado pela acção do óxido de ferro, e dispõe de uma grande fertilidade. Os terrenos humíferos são frequentes na zona das planícies, sobretudo nas proximidades de Cuamba e, como é natural, nos vales dos rios e na margem aluvionária do lago Niassa. Nalguns pontos da margem aluvionária do lago aparecem os xistos em afloramentos de pequena extensão, dando terras pobres para a cultura.

Como fenómenos geológicos dignos de nota devemos assinalar alguns tremores de terra na zona montanhosa que, segundo parece, tem sido originados por grandes desabamentos nas margens submersas do lago Niassa.

Quanto a riquezas minerais sabe-se que existe o ferro em abundância e que os indígenas, especialmente os Yaos, o extraem para confeccionar vários utensílios; e sabe-se também, como já disse, que existem jazigos hulíferos nas manchas do Karroo do extremo noroeste. A mica aparece em grandes flocos nos esporões do planalto que defronta o lago Niassa, bem como também na serra M'Senga, tendo já sido objecto de exploração por parte de europeus. Na margem do lago aparece um grês talcôso, de côr esbranquiçada, conhecido pelo nome de *pedra sabão*, que os missionários ingleses costumam utilizar nas suas edificações e obras de talha. O pavimento, o revestimento interno e várias obras de arte da catedral de Licoma, pequena ilha do lago Niassa, situada em frente do pôsto português de Goboé, são feitos em pedra sabão.

3. O Lago Niassa.

O grande vale do Rift é uma série de fracturas da crosta terrestre que partindo do Mar Vermelho ou, possivelmente, do Mar Morto, vai terminar no curso inferior do Zambeze. Fazem parte dessa

linha de fracturas os lagos Niassa, Tanganica, Rodolfo, Vitória, Alberto e os rios Omo, Luangua e Shire.

No dizer de certos geógrafos o nome de lago Niassa deriva da palavra *Nhassa* ou *Nyanza*, termo obsoleto da língua marave que significa «grande massa de água».

O lago está compreendido entre os paralelos 9° 35', 14° 35' S e os meridianos 33° 55', 55° 10' E Gr. O seu comprimento é de cerca de 300 milhas e a sua largura varia entre 13 e 45 milhas.

Grandes profundidades têm sido assinaladas, especialmente nos últimos anos. O Comandante Augusto Neuparth, em 1907, verificou uma profundidade de 2.500 metros abaixo do nível do mar, ou sejam 2.980 metros, visto que o nível da massa líquida está a 480 metros de altitude. Posteriormente foram descobertas maiores profundidades.

A margem portuguesa tem duas faces distintas: a das *planícies aluvionárias* e a *montanhosa*. A margem aluvionária é constituída pelos arrastamentos das terras das encostas, devidos à erosão, e pelos depósitos provocados pela acção das águas do lago.

Tanto nesta margem como na montanhosa afloram os schistos com frequência, produzindo terras de fraca fertilidade. A parte aluvionária é formada em muitos pontos, sobretudo para o norte de Metangula, por areias soltas. Entre M'Bueca e N'Gôho encontram-se algumas enseadas e praias muito pitorescas, e são também frequentes os pântanos originados pela elevação do nível das águas, que de anos a anos se nota, sem que haja qualquer explicação desse fenómeno.

A população Nyanja acumula-se na margem aluvionária dedicando-se especialmente à pesca.

A parte montanhosa é constituída pelos esporões da serra *Ci-nx-angombe*, que chegam até às águas e pela encosta oeste da mesma serra, de Coboé para o norte. Próximo de Chivinde a margem tem cerca de 1.500 metros de altitude, em declive rápido, denunciando grandes profundidades. No território de Tanganica a margem é ainda mais elevada, atingindo cerca de 3.000 metros sobre as águas.

O lago Niassa dispõe de grandes belezas naturais, e desde que se saneiem as suas margens pode vir a ser um importante centro de turismo.

4. Hidrografia O distrito do Niassa é sulcado por numerosos rios, os quais constituem três bacias hidrográficas: a do lago Niassa, a do Rovuma e a do Lurio. Os rios da bacia do Lago, como atravessam uma região montanhosa, são de pequeno curso e de carácter torrencial. Os principais são o *Lijamanji*, o *Lunho* e o *Fúboé*.

O rio Rovuma nasce na Colónia do Tangânica e recebe na margem direita os afluentes do território português, dos quais o mais importante é o *Lugenda*, que alguns geógrafos consideram como sendo o verdadeiro Rovuma. O *Lugenda* nasce no lago Amaramba, ao sul do distrito, e as suas grandes cheias são devidas ás enchentes do lago. O seu curso é de mais 500 km. Na estação sêca o caudal diminui extraordinariamente. As margens são densamente arborizadas em grandes extensões e foram noutros tempos muito habitadas. Hoje, posto que ainda se acumule ao longo do rio muita população, é todavia incomparavelmente menor devida a várias causas, entre elas a doença do sôno.

Além do rio *Lugenda* o Rovuma recebe ainda outros rios importantes como, por exemplo, o *M'Singe*, cêrca de 150 km., que corre entre a serra *M'Senga* e a cordilheira *Ci-ny-angombe*, o *Luchilinge*, cêrca de 200 km., que corre entre a serra *M'Senga* e a serra *Ayaua*, tendo como principal afluente na margem direita o *Usajande* e na margem esquerda o *Lualeso*, e, finalmente, o *Chiulesi*, que nasce nos montes *Oizulos*. Os rios *M'Singe* e *Luchilinge* banham no seu curso inferior extensas várzeas muito apropriadas á agricultura e criação de gados.

Os principais afluentes do *Lugenda* são os da margem esquerda, isto é, os que nascem na zona montanhosa: *Luchimué*, que nasce nos montes *Mangochi*. Corre num vale profundo e as suas margens são muito habitadas. Nas terras banhadas pelo seu curso inferior existem alguns arrosais de indígenas. *Luambala*, um dos rios mais caudalosos do distrito, que banha uma região muito habitada. *Lualize*, que nasce nos montes *Axaos*, também muito caudaloso.

Na margem esquerda o afluente mais importante é o *Lucinge*.

O rio *Lurio* nasce no monte *Molumbo*, fronteira do distrito de *Quelimane*. Os afluentes mais importantes da margem esquerda são o *Muanda*, o *Luleio*, o *Macequece* e o

Muangaca, de cursos relativamente longos, 90 a 100 km.

Os rios da bacia do Lurio, incluindo o próprio Lurio, encontram-se na fase d'estabilidade relativa. pois só tem água corrente na estação das chuvas. Durante a estação sêca são constituídos por poças de água. Pela sua configuração parece que êstes rios tiveram outrora grandes correntes e volumosos caudais. A secura actual foi talvez derivada da diminuição da queda pluviométrica, e que não custa a crêr, pois as terras da *Amaramba* foram antigamente muito habitadas.

Os rios da zona montanhosa são, de um modo geral, de águas correntes e de carácter torrencial, caracteres que se pode filiar também na grande destruição da floresta que por tôda a parte se nota.

5. Clima O clima do Niassa, como todos os climas tropicais, é caracterizado pela existência de duas estações climáticas distintas: e das chuvas que decorre de fins de Novembro ou princípios de Dezembro até princípios de Abril, e a das sêcas que, abrange os meses restantes.

Quanto à temperatura é mais elevada na zona das planícies do que na zona montanhosa. O clima da zona montanhosa é temperado, ao passo que o da zona das planícies é acentuadamente quente e muito semelhante ao da região litoral. Dessa forma, pode-se chamar à zona montanhosa, zona temperada, e à das planícies, zona quente.

Os elementos fornecidos pelos postos meteorológicos do distrito são escassos visto que se referem apenas a dois anos. Contudo, do seu exame é fácil ver as principais características do clima. Os actuais postos meteorológicos são os seguintes:

Vila Cabral 13° 18' S, 35° 8' Egr., 1.277 m;
Maniamba 12° 46' S, 35° 00' gr., 1093 m;
Cuamba 14° 46' S, 36° 34' Egr., 680 m.

Os elementos obtidos, mencionados na página seguinte, pertencem aos anos de 1933 e 1934.

Quanto a pluviosidade os meses mais chuvosos são Janeiro e Fevereiro. A estação pluviosa é anunciada por uma ligeira queda de chuva, a que os Yaos chamam *limo-moto*, em Agosto ou Setembro. Mais tarde, pelos fins de Cutubro ou princípios de Novembro, cai uma chuva mais forte, a que os Yaos denominam *sisima-á-upia*, durante uns três ou quatro

Zona montanhosa

Zona das planícies

Vento predominante

Temperatura

Meses	Vila Cabral		Maniamba		Coamba	
	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
Janeiro	28,9	13,7	29,0	15,0	35,7	11,4
Fevereiro	30,8	14,1	27,8	14,0	33,5	15,0
Março	26,1	13,5	28,2	14,0	33,5	14,0
Abril	30,0	11,5	27,2	12,6	35,0	12,0
Maio	26,4	9,6	25,4	8,2	36,0	7,0
Junho	25,7	7,3	27,2	5,1	33,0	7,5
Julho	24,5	6,0	25,1	5,6	30,5	5,5
Agosto	26,0	5,6	27,9	7,1	32,7	5,6
Setembro	26,5	7,3	30,1	7,6	34,0	9,3
Outubro	27,9	12,0	31,5	10,2	37,0	12,0
Novembro	30,5	14,8	31,6	16,1	38,5	—
Dezembro	28,2	13,3	29,3	15,3	34,0	15,1
	30,8	5,6	31,6	5,1	38,5	—
	Fev.	Julho	Nov.	Junho	Nov.	

Humidade

Janeiro	81,6	78,6	80,8
Fevereiro	87,6	76,0	75,6
Março	83,5	74,6	77,5
Abril	83,6	70,4	69,0
Maio	80,2	63,4	61,6
Junho	80,6	61,6	66,6
Julho	77,2	54,3	63,8
Agosto	70,9	51,3	56,6
Setembro	57,6	51,4	54,4
Outubro	46,3	39,9	50,5
Novembro	51,1	46,2	48,8
Dezembro	75,5	69,4	70,4

Chuva

	m/m		dias		m/m		dias	
	m/m	dias	m/m	dias	m/m	dias	m/m	dias
Janeiro	263,4	24	299,0	26	195,2	11		
Fevereiro	136,9	15	355,2	21	182,3	16		
Março	224,8	22	271,0	23	82,5	11		
Abril	34,0	12	115,2	16	28,7	4		
Maio	27,2	8	38,4	10	13,8	2		
Junho	24,8	8	27,7	8	12,4	2		
Julho	2,4	5	0,0	0	3,3	1		
Agosto	0,8	2	0,0	0	0,2	1		
Setembro	0,0	0	0,6	1	0,0	0		
Outubro	2,3	2	9,7	1	4,6	2		
Novembro	15,4	5	49,7	7	16,8	4		
Dezembro	173,0	16	361,2	24	190,3	11		

	Direcção		Velocidade		Direcção		Direcção	
	Direcção	Velocidade	Direcção	Velocidade	Direcção	Velocidade	Direcção	Velocidade
Janeiro	ENE		10,0		NE;NNE		SW	
Fevereiro	ESE; NNW	7,6 ; 5,1			SW;W		SW	
Março	ESE		7,0		SE;WSW		SW	
Abril	ESE		8,0		SSE;SSW		SW;SE	
Maio	ESE		9,0		SSW;ENE		SSW;SW	
Junho	ESE		9,4		NNE;E		SW	
Julho	ESE; ENE	12,2 ; 5,2			SSW;SW		S;SW	
Agosto	ESE; ENE	14,5 ; 9,5			SW;ENE		SE;SW	
Setembro	ENE		14,7		SW;ENE		S;NE	
Outubro	ENE		13,6		NNE		NE	
Novembro	ENE		11,2		NNE		NE	
Dezembro	ESE		4,2		NNE		SW	

dias. Volta de novo a seca, com uma temperatura bastante elevada até que em princípios de Dezembro se entra propriamente na estação das chuvas.

O vento predominante na zona montanhosa é ENE durante a estação das chuvas e ESE durante a estação seca. Segundo a escala de Beaufort os ventos da região da Vila Cabral são moderados. Na zona das planícies predominam os ventos do quadrante SW.

O clima da zona alta ou montanhosa é muito favorável á fixação da raça branca, podendo esta zona vir a ser importante centro de colonização.

A zona das planícies, devido á sua elevada temperatura e escassês d'aguas não é própria para a fixação da raça branca.

6. Flora O distrito do Niassa está incluído, como de resto de toda a Colónia de Moçambique, no grande domínio vegetal do Sudão, segundo a divisão fito-geográfica de Grisebach, a que corresponde o *grande domínio das florestas e estepes africanas*, de Engler.

A flora do Niassa apresenta duas fácies distintas: a dos meios húmidos e a dos meios secos. Quanto á distribuição da vegetação existem duas zonas características que correspondem ás duas zonas orográficas: a montanhosa e a das planícies.

Na zona montanhosa o tipo da vegetação dominante é o da *floresta aberta* do tipo xerófilo, comum a todas as regiões elevadas da África tropical; na zona das planícies, a par deste tipo de vegetação, encontram-se diversas espécies próprias dos meios secos e das

regiões de baixa altitude como, por exemplo, baobab, (*Adansonia digitata*, *Borrassus flabelliformis*, *Acacia albida*, etc.).

Todas as formas biológicas se encontram representadas na flora do Niassa, constituindo diversos estratos: arboreo, arbustivo, herbáceo, murcinal e líquenico. Vejamos em breves palavras os seus principais caracteres:

Vegetação lenhosa — No seu estado primitivo todo o território devia ter sido coberto de florestas do tipo xerófilo (floresta aberta).

A dominância destes povoamentos pertence ás leguminosas e em especial aos géneros *Berlinia* e *Brachystégia* e um pouco *Acácia*, os quais foram extensas comunidades de mistura com espécie de outros géneros tais como *Albizzia*, *Butkea*, *Pterocarpus*, *Swartzia* e *Bauhinia*. Além das comunidades de *Berlinia* e *Brachystégia* *sps.*, aparecem também na região montanhosa comunidades de *Uapaca Kirkiana*, mais restrictas, quer na área quer na composição, e possivelmente mais uma ou duas espécies deste género, tôdas conhecidas vulgarmente pelo nome de *Massuku*, e de *Combretum* *sps.*, a que se associam ás vezes alguns exemplares de *Faurea* *sps.* e *Terminalia* *sps.* As comunidades de *Uapaca Kirkiana* não se encontram, ou pelo menos são muito raras na zona das planícies, o que não acontece com as de *Berlinia* e *Brachystégia* *sps.* e de *Combretum* *sps.*, que são comuns.

Na zona das planícies são dignas de nota as associações de *Bambusa* *sps.* (bambu).

Nos vales dos rios e o outros lugares húmidos a regetação lenhosa acumula-se sob a forma de *galerias florestais*, povoamentos de tipo hígrófilo onde se encontram algumas essências de valor como exemplo, *Khaya senegalensis*, *Eugenia* *sps.* *Erythrophloeum guineense*, *Parkia flicóidea*, *Treulia africana*, e um pouco *Faurea* *sps.*

Entre as plantas que constituem as comunidades de leguminosas contam-se algumas produtoras de boa madeira, como por exemplo, *Afzelia africana*, *Pterocarpus erinaceus*, *Burkea africana*, outras produtoras de cascas taninosas, como *Berlinia* e *Brachystégia* *sps.*, etc. Quasi tôdas estas espécies possuem excelentes flôres melíferas. Nas galerias florestais existem árvores de bôa madeira, como *Khaya senegalensis*, um dos melhores mognos africanos, *Erythrophloeum guineense* e *Eugenia guineensis*, estas ultimas de madeira de incalculável duração, embora um tanto pesada. Nas terras de Amaramba aparecem exemplares de

pau preto (*Diospyros* *sps.*), ébano de alto valor que foi muito explorado no tempo da Companhia do Niassa.

Vegetação sub-arbustiva e herbácea — Este tipo de vegetação encontra-se em geral associado ao da vegetação lenhosa. Contudo nalguns pontos aparecem formações herbáceas características constituídas essencialmente por gramíneas e ciperáceas. As formações mais interessantes são as dos logares húmidos e as dos logares de antigas culturas. As primeiras são em geral homogéneas, as segundas heterogéneas. Nos vales húmidos são vulgares as savanas altas formadas quasi sempre de gramíneas e ciperáceas em bloco, sendo frequentes os géneros *Chloris*, *Eragrostis*, *Sporobolus* entre as gramíneas, e *Cyperus*, entre as ciperácias. Estas savanas produzem em geral bons pastos.

Nos logares de antigas culturas ou naqueles em que a floresta foi simplesmente derrubada, a vegetação herbácea invade logo o solo, sobressaindo as gramíneas e em especial os géneros *Imperata*, *Panicum*, *Hyparrhenia*, *Rhynchelytrum*, *Pennisetum* e *Sporobolus*, certas acantáceas, como por exemplo *Justilia* e *Mellera*, *Oxalidaceas* etc.

Como exemplares comuns do tipo suculento há diversas espécies de *Euphorbia*, *Aloes* e *Caralluma*, todavia pouco frequentes.

As espécies suculentas de *Euphorbia* aparecem de preferência nas terras de Amaramba (montes de Mitubué e Inhamuelos), onde chegam a constituir pequenas comunidades.

Entre a flora herbácea aparecem diversas plantas características notáveis pela sua beleza, tais como espécies dos géneros *Haemanthus*, *Costus*, *Gloriosa*, *Gladiolus*, *Lissochilus*, *Gerbera*, *Gnidia*, etc., que aparecem sobretudo no princípio da estação das chuvas.

Os *fetos* são vulgares nos lugares húmidos ou sombrios, notando-se uma grande variedade de géneros especialmente *Asplenium* e *Nephrolepis*. Nas terras de antigas culturas da zona montanhosa aparece com frequência o chamado *feto macho* ou vulgar, *Pteris aquilina*.

Regiões fito-geográficas — Uma rápida observação da flora do distrito abrangendo as duas zonas orográficas, oferece-nos diferenças mais ou menos profundas na composição específica e um pouco nos tipos de associação.

A flora na zona das planícies difere, como já disse, da flora da zona montanhosa pela existência de certas espécies comuns na região

Uma carta das Colónias para a Metrópole

Recebemos as seguintes cartas: uma dirigida ao nosso director e a segunda ao nosso illustre e querido colaborador sr. dr. Agostinho de Campos.

Publicamo-las no cumprimento do programa que aqui estabelecemos: A «Portugal Colonial» tem as suas colunas à disposição de todos os que a elas vierem com correcção.

Quelimane, 10 de Março de 1935

Ex.^{mo} Sr. Henrique Galvão
Ilustre director da Revista «Portugal Colonial»

LISBOA

Ex.^{mo} Senhor

Antes de tudo, quero ter a liberdade de lhe apresentar os meus melhores cumprimentos, pelo seu regresso à direcção da Revista, ela é sua filha e ninguém melhor que o autor que lhe deu vida e realidade para a dirigir; e especialmente pelo papel primacial, heróico e sublime de esforço, de competência, de dedicação e de fé, que V. Ex.^a desempenhou no grande acto que foi a exposição colonial do Pôrto.

Digne-se Senhor aceitá-los porque, humildes como são, os mais humildes entre todos os que terá recebido, pode estar certo de que não são os menos sinceros.

Os homens de competência e boa vontade são raros hoje e quando aparecem, todo o nosso respeito é pouco para os venerar.

Que Deus lhe dê força, saúde e vontade para continuar a nobre carreira que tão brilhantemente encetou.



Deponho nas mãos de V. Ex.^a uma carta para o sr. dr. Agostinho de Campos. Que V. Ex.^a a publique ou não, nada tenho a dizer a isso. Faça favor de fazer como entender, entretanto se a professora, como diz o Senhor Doutor, praticou o oitavo pecado mortal publicando a quadra, V. Ex.^a praticava a décima quarta obra de misericórdia publicando esta em favor duma pobre senhora, que por uma levandade literária (não posso dar-lhe outro nome) Sua Ex.^a tão mal tratou.

A décima terceira obra de misericórdia é estar a atuar-me.

Não publicando a carta, o que lhe peço é o favor de a fazer chegar às mãos do sr. dr. Agostinho de Campos. Pode ser que ele num rasgo de generosidade enxugue as lágrimas que possivelmente fez correr.

Se Sua Ex.^a o não fizer, então só me resta pedir aos deuses, que quando enviarem as musas pedagógicas a bulir com o nervo poético da Senhora professora (não terá muita vontade de fazer versos, coitada!) para ela se livrar do marmeiro impiedoso do Senhor Doutor, lhe inspirem poesias vasadas nos moldes da seguinte quadra que está perfeitamente a dentro do ponto de vista de Sua Ex.^a:

A letra também é boa
Mas não tem comparação
Com o tomate saloio
Ou c'o nabo tempoão.

E pedindo-lhe desculpa do tempo que lhe tomo, creia-me senhor com a maior consideração

(Assinatura ilegível).

O nome não tem nada para este caso; faça favor de se esquecer dele.

É um dever de boa educação não deixar sem resposta as cartas que nos são dirigidas principalmente se elas nos vêm de pessoa, que pelo seu saber, autoridade e competência é credora de todo o nosso respeito.

Em obediência a este princípio, e ainda que as cartas do sr. dr. Agostinho de Campos para as colónias sendo dirigidas a todos não o são especialmente a ninguém, eu quero desobrigar-me na parte que me cabe, respondendo também a uma carta.

Não o faço (mea culpa) por um mero dever de cortezia, mas porque uma das cartas de Sua Ex.^a fez vibrar profundamente na minha viola psíquica a corda bamba da discórdia.

litoral de Moçambique — *Adansonia digitata*, *Borassus flabelliformis*, *Acácia Albida*, *Tamarindus indica*, etc. Confrontando as espécies características desta zona com as da zona litoral e da baixa Zambézia, verifica-se facilmente que a flora da região litoral se prolonga pelo vale do Zambeze até à altura de Tete, derivando para o Norle pelo vale do Shire, margem aluvionária do lago Niassa, terras de Mecanhelas e Amaramba, e margem do Lúrio O baobab e a palmeita *Borassus flabelliformis* marcam inconfundivelmente esta

zona. Nas planícies de Amaramba, próximo do lago do mesmo nome, há grandes áreas revestidas da flora típica das regiões litorais.

A flora da zona montanhosa — sobretudo as leguminosas — tem invadido a zona das planícies, que possui actualmente uma flora mixta.

O tipo dominante da flora do distrito é o dos grandes planaltos da África tropical, sendo a facies xerofila da zona das planícies mais acentuada do que a da zona montanhosa.

(CONCLUE NO PRÓXIMO NÚMERO)

É certo que a prudência me aconselhou a meter a viola no saco, e eu assim fiz a princípio, mas o sr. dr. Agostinho de Campos veio, no n.º 46 da «Portugal Colonial» que agora aqui chegou, ocupar-se novamente do assunto, e a tal corda, já bastante desafinada, ficou desta vez sem conserto possível.

Direi que se me atrevo a vir responder a Sua Ex.^a não é por desconhecer a minha insignificância, mas, trata-se de TERRA e de LETRA, Sua Ex.^a tem cultivado a letra tóda a sua vida; eu tenho cultivado a terra tóda a minha vida, e estabelecendo assim um paralelo isso me encoraja a este empreendimento.

Desde já declaro que não venho comentar a brilhante doutrina de Sua Ex.^a, Deus me livre de tal, mas sòmente dar o meu parecer acêrca do factor que a inspirou.



Uma Senhora, professora de instrução primária, publicou num jornal da sua classe, duas quadrasinhas em que no mais justificado amor ao seu sacerdocio, erguia um hino de louvor à «LETRA».

São simples, como naturalmente é simples a sua autora:

A terra é boa e fecunda,
Mas, de tudo que nos dê,
Nada terá a riqueza
Das letras do A B C.

É por isso que na vida
Para a gente triunfar,
Primeiro deve saber
Ler, escrever e contar.

Para inteligências tacanhas como a minha, a palavra «riqueza» da primeira quadra, não se refere de modo algum a valores materiais, mas sim ao valor espiritual da letra.

Sem dúvida que a professora sabe, como todos nós, que o valor intrínseco, dum saco de batatas é incomparavelmente maior ao dum gafafunho rabiscado a que convencionalmente se chamou um A, e a petizada da aldeia não ignora também, que uma malga de caldo verde com sopas de brôa enche muito mais a barriga do que todos os rabiscos enfileirados nas bibliotecas do Antigo e Novo Continente.

Mas, não será a letra uma riqueza também?
A Terra dá-nos pão, batatas, oiro, etc.

A Letra dá-nos saber, felicidade, ventura.
Onde há aqui maior riqueza?

Materialmente, na terra.

Espiritualmente na letra.

E não será a riqueza espiritual superior à material?

Pestalozzi vendeu as vacas (valor real) para abrir uma aula (valor abstracto) e quanto a mim, preferia, sem um minuto de hesitação, ser pobre e sábio, a rico e burro!

Foi pois sem dúvida debaixo do ponto de vista espiritual que a Senhora professora focou a «riqueza» da letra, e tanto assim é, que a segunda quadra completa, explica e justifica é idéa da primeira.

Não o quíz entender assim o sr. dr. Agostinho de Campos, e não quíz porque vendo na modesta quadra um razoável tema para um discurso em prol do ensino primário baseado na educação agrícola, desprezou a intenção da autora, o dando à palavra «riqueza» o seu significado material (a letra mais milionária do que a terra, a terra mais pobre do que a letra) deslombou a pobre com o marmeiro formidável da sua cerrada e irresistível argumentação!

Foi de luva branca é certo, mas as bofetadas de luva branca também doem e... às vezes mais do que as outras.

Sua Ex.^a o sr. dr. Agostinho de Campos produziu uma bela oração em defeza duma nobre idéa, pena é que, para o fazer, tivesse infligido um sofrimento moral inútil, injusto e cruel a uma humilde professora, fulminando-a do alto da sua competência profissional com o apodo de «INCOMPETENTE» que através das páginas da «Portugal Colonial», levou às gentes d'Aquém e d'Além-Mar.

Porque não há duas opiniões: Uma professora que propala doutrinas «pedagógicamente abomináveis» é uma má professora.

E isto foi inútil porque Sua Ex.^a não necessitava ferir ninguém para apresentar e desdobrar a sua tese.

A sua alta cultura e saber não precisavam inspirar-se em tão modestos elementos.

Foi injusto porque essa Senhora não diz que a Letra é mais remuneradora do que a TERRA, não é essa a sua intenção, e o sr. dr. Agostinho de Campos sabe-o perfeitamente. E tanto assim é, que para não haver empecilhos à interpretação de bens materiais que quis dar à palavra «riqueza», afastou do campo da sua argumentação, desprezando-a na sua carta e eliminando-a no seu artigo, a segunda

quadra, que explicava a idéa da Senhora professora, tirando assim a esta, perante o tribunal público que lê com interesse e avidéz as cartas de Sua Ex.^a o seu único meio de defeza; a prova evidente da sua boa intenção.

Foi pois propositadamente que o sr. dr. Agostinho de Campos deu à quadrasinha uma interpretação errada, criticando-a e comentando-a na melhor das intenções sem dúvida, mas esquecendo-se que feria a susceptibilidade duma mulher que decerto tinha pôsto na humilde composição um pouco do seu amor próprio, um pouco do seu orgulho, e talvez um pouco do seu coração!

E isto foi também uma crueldade, tanto maior quanto é certo que o nome dessa senhora vinha publicado na «Portugal Colonial».

Ela há-de infalivelmente sentir-se maguada no seu brio profissional, vexada perante os seus colegas, perante os pais dos seus alunos, perante estes mesmos.

E quando na modesta escola da sua aldeia tentar incutir aos seus discípulos a excelência do ensino, a riqueza da letra, a voz potente do sr. dr. Agostinho de Campos há-de tropejar-lhe aos ouvidos, queimando-a no coração, o anatema de INCOMPETENTE!

Sentindo-se vítima duma injustiça, tendo a consciência da sua inocência, sabendo-se impotente para reagir contra o formidável colosso que a amachuçou, essa pobre senhora só terá um recurso: as lágrimas!

Enfim um drama íntimo por uma palavra!

Será isto exagero? Tanto pode ser de mais como pode ser de menos. O certo é que ninguém gosta de ser apoucado na sua profissão.

Que diria o sr. dr. Agostinho de Campos, se alguém viesse a público comentar a sua doutrina, classificando-a de exagerada, e baseando as suas informações na impossibilidade dos peizes verem o pai crucificado na enxada, não só por o suplício da cruz ter acabado há muito, como também por ser materialmente impossível crucificar um homem numa enxada?

Diria naturalmente que êsse «alguém» deu uma interpretação errada à sua frase, que deve ser tomada no sentido figurado.

Pois é precisamente o caso da Senhora professora. A palavra «riqueza» da sua quadra deve ser tomada no sentido figurado.

Em última análise, mesmo dando à palavra um sentido mais restrito, seria de atender que a professora, falava para creanças do campo que mais ou menos têm a noção do valor real da terra, e não têm noção alguma do valor moral da letra.

O rapazão da aldeia só de má vontade troca a liberdade dos campos, as correrias pelos montes, a caça aos ninhos, pela prisão diária da escola, e mesmo os pais, muitos dêles, não veem com bons olhos os filhos a «cortar letra» quando podiam muito bem andar a cortar mato.

Tudo é pouco pois para os atrair e fazer-lhes compreender a riqueza da letra.

Concluindo, parece-me que não é a letra a principal culpada de se despovoarem os campos para encher as cidades e os paquetes da Argentina. As creadas que da aldeia invadem os grandes burgos, as famílias que, abandonando as suas terras vão de casa e pucarinho em busca das praias de Santa Cruz, na sua maioria não sabem ler.

É o desejo aliás louvável, de melhorarem a sua sorte, é a ilusão da árvore das patacas, é a atracção do desconhecido, é o espirito de aventura que as impele.

Foi isso que para aqui me trouxe. Foi isso que levou a raça lusa a dar mundos novos ao mundo.

O facto da letra afidalgar ou aburguezar os indivíduos, a ser considerado um mal, é sem dúvida um mal passageiro e o remédio para êle, ainda que pareça um paradoxo, é cultivar mais a letra.

Quando não houver analfabetos, quando a instrução nivelar as classes ruraes, impôr-se-há sem se considerar deprimente, a necessidade de arrancar à terra com o suor do rosto, o pão nosso de cada dia.

E por aqui me fico, pedindo vénia a Sua Ex.^a e aguardando com a anciedade de sempre, êsses lindos ramalhetes de ciência e oiro que enobrecem a «Portugal Colonial», e que são as cartas do sr. dr. Agostinho de Campos para as Províncias do Além.

Deus permita que êles não venham orvalhados de lágrimas, como êste a que me refiro.

Quelimane, Fevereiro de 35.

SERTÓRIO.

O LAGO NIASSA

(EXCERPTOS DUM DIÁRIO)

POR ALICE M. BARREIRA ANTUNES GOMES E SOUSA

O lago Niassa, que Livingstone proclamou ter descoberto, já era conhecido pelos portugueses no século XVII, segundo as informações dos missionários jesuítas, ao tempo estabelecidos na Zambézia. O nome de Niassa, deriva, segundo alguns geógrafos, da palavra «nhassa» ou «nyanja», que na língua marave significa «lago» ou «grande massa d'água»

Numa bela manhã da segunda metade de Julho deste ano, chegámos a Metangula, na margem do Lago, dispostos a percorrer a margem para o norte até ao posto administrativo de Coboé, em viagem de estudo botânico.

Metangula, antiga sede do concelho do Lago no tempo da Companhia do Niassa, está situada numa pequena mas graciosa baía, e não há muitos anos ainda era uma povoação importante pelo seu comércio com a Nyassaland. Depois da posse do Estado, Metangula foi abandonada não se sabe bem porquê, embora se diga que o motivo principal foi o ser muito quente.

O transporte pela margem do Lago, onde não há estradas, é feito ao modo primitivo, utilizando a clássica «machila», que consiste numa rede ou lona suspensa num bambú, levada ao dorso de indígenas, na qual o viajante vai sentado ou semi-deitado.

Saimos de Metangula com as nossas machilas pelas 5 horas da manhã e tomamos o caminho da margem do Lago em direcção Coboé. A terra é pobre, as culturas são enfezadas e a rocha aflora constantemente. A população constituída por indígenas da raça nyanja, é densa e dedica-se sobretudo à pesca. Na praia vê-se com frequência redes de pescadores a secar. A areia é negra, devido talvez às substâncias orgânicas acumuladas durante séculos pela população e pelas águas do Lago. A água do Lago é potável e dela bebem indígenas e europeus. Há bastante gado bovino e caprino; os indígenas gostam muito de leite.

A 10 km. ao norte de Metangula atravessámos o rio Lunho que leva apenas um fio

de água serpenteando por entre as areias. Na estação das chuvas este rio toma um grande volume de águas e a sua travessia é extremamente difícil.

Seguímos agora um caminho que serviu de estrada durante a grande guerra, mas que hoje mal se conhece devido à vegetação que o invadiu.

Vamos passando constantemente por povoações indígenas e terras cultivadas. Aqui e ali uma ou outra cabeça de gado.

Os grandes baobabs, verdadeiros monstros vegetais, com mais de 30 metros de altura expandem-se em grossos ramos, lembrando-se, como disse Pierre Loti, grandes madreporas mortas. A palmeira de leque, grandes acácias espinhosas e um ou outro tamarindeiro, são frequentes e imprimem à paisagem a nota característica da vegetação africana.

O calor começa a apertar, e a marcha faz-se debaixo dum sol ardente.

De tempos a tempos uma paragem de alguns minutos para descanso dos carregadores ou para meu marido colher plantas que lhe prendem a atenção.

Uma hora da tarde. Céu enevoadado. Chegámos a N'Chia, povoação bastante populosa, à beira do Lago. Vem cumprimentar-nos um professor indígena das missões inglesas, pois que a margem do Lago está cheia de escolas missionárias protestantes.

Depois de um rápido almoço em N'Chia, continuámos a marcha seguindo a planície, sempre arenosa, atravessando constantemente culturas de indígenas.

À saída da povoação torneamos um grande pantano originado pelas enchentes do Lago, em cuja superfície vegetam lindos nenufares. Seguimos em direcção a N'Gôho, ponto de etape onde contamos ir dormir.

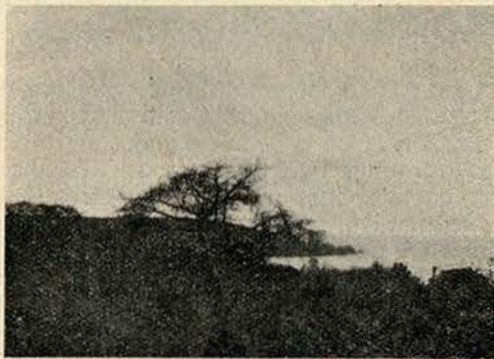
O caminho principia a ser mau: os esporões ou prolongamentos do planalto, conhecido pelo nome pouco apropriado de serra de Tumbé, chegam até às águas do Lago sendo por isso necessário atravessá-los em subidas e descidas bastante difíceis.

O solo é pedregoso, a marcha tem de ser



feita a pé, os carregadores andam a custo. Aqui e além é preciso passar um rio sêco ou de águas estagnadas, verdes, cheias de mosquitos, restos das últimas chuvas. Estes rios nos tempos das chuvas constituem torrentes perigosas. Os declives são muito rápidos, verdadeiras paredes, e as pontes rústicas, se existiram, há muito desapareceram sem deixar vestígios.

Ao anoitecer, depois de uma viagem fatigante chegámos a N'Gôho, pequena povoa-



Margem do lago Niassa entre Metangula e M'Sumba

ção indígena que dista das águas do Lago uns 50^m. apenas.

Existe ali uma palhota, pertença do Estado, destinada a abrigar os raros viajantes europeus que por ali passam. Os mosquitos eram tantos que nos vimos forçados a armar rapidamente as nossas camas de viagem e a tomar, dentro delas, resguardados por finos mosquiteiros, uma ligeira refeição. E no meio dum zumbido infernal e do som ritmado das ondas, adormecemos num pesado sono.

No dia seguinte, às 6 horas da manhã, punhamo-nos de novo em marcha.

O caminho é agora mais escabroso do que na véspera. Temos de atravessar continuamente extensos e elevados esporões do planalto. Mas a margem torna-se mais interessante, oferecendo-nos lindas praias de areias brancas faiscando ao sol, ou de seixos rolados e pequenas enseadas, algumas muito pitorescas limitadas por penedos que emergem das águas.

Ao longe, sumidas no horizonte distinguem-se as montanhas da margem oeste que devem ficar a 40 milhas de distância.

O Lago, sereno, parece um espelho imenso.

Não corre a mínima aragem; e a temperatura eleva-se cada vez mais. Cardumes de peixes escuros vêm até à praia atraídos pelas pedras que atiramos para a água. No mato, aqui e além, uma gazela salta no caminho, lagartos enormes trepam às árvores, famílias de macacos param a olhar-nos fazendo momices.

Na floresta que povoa o planalto, especialmente nas margens dos rios, onde a vegetação é mais densa, aparece a mósca tzé-tzé, transmissora da doença do sono, que constitui o terror das pessoas que andam por estas paragens. As moscas importunam os viajantes, mas picam sobretudo os indígenas, atraídos pela cor negra, até fazer sangue. Como medida de precaução tínhamos tomado dias antes uma injeção de germanina, medicamento preventivo contra a doença do sono.

A população só vive na margem plana ou aluvionária. Na parte alta, ou florestal, não se encontra viv'alma. O silêncio é completo. Não há a mais pequena aragem a provocar o movimento das folhas. Apenas de longe em longe se ouve um trilo de ave. A vereda através da floresta parece-nos interminável, Meu marido, sempre atento às novidades da flora, vai colhendo diversos exemplares.

Ao meio dia chegámos a N'Bueca povoação indígena à beira do Lago onde o Estado também é senhor duma humilde palhota para descanço dos viajantes europeus. Uma rápida refeição e depois a viagem por caminhos, ora pedregosos ora de areia solta.

Pelas 2 horas da tarde começámos a ver uma grane ilha: julgamos que é a ilha de Licoma, que sabemos ficar defronte do posto português de Coboé. Os carregadores, porém, desfazem-nos a ilusão de que já estamos a terminar a nossa viagem, informando-nos de que aquela ilha não é a de Licoma, mas sim Chizumulo, que fica muito aquém. A ilha de Licoma só deve começar a avistar-se passado mais de duas horas de marcha, visto que fica mais próximo da terra e numa reintrância da costa.

Pelas 4 horas da tarde passávamos o último esporão do planalto e entrávamos nas planícies de Coboé.

A ilha de Licoma estava já à vista, restavam apenas uns 15 a 20 km. para alcançar o posto.

A planície de Coboé é muito habitada e a cada passo se encontram povoações e culturas. A margem já não apresenta as belezas que se notavam pelas alturas de N'Bueca e

N'Gôho. Na sua maior parte está cheia de caniço que a torna quasi inacessível. As areias parecem mais soltas do que nos caminhos anteriores e a marcha torna-se mais difficil para o que deve concorrer o estado de fadiga em que nos achamos. O calor é muito menos intenso, mas os carregadores, sempre sequiosos, param nas povoações para beber grandes caças de água.

A hora do oaso, quando o Sol coloria as águas do Lago de todos os tons do vermelho e do alaranjado, avistámos duma eminência do terreno o pôsto de Coboé: uma casa de alvenaria coberta a colmo, na margem do Lago. Mais meia hora de marcha e chegámos ao pôsto onde o Senhor Norberto Ramos, seu Chefe, muito amavelmente nos recebeu.

Arrumadas as bagagens, os carregadores foram descansar ou, antes, passar a noite num retumbante batuque, esquecidos da sua fadiga.

Sono pesado após um dia de marcha fatigante de cerca de 40 km. O dia seguinte despontou límpido e nós pudemos admirar a interessante paisagem que se disfruta do cabeço onde está o pôsto de Coboé. Soprava intenso o vento de noroeste, e o Lago estava bastante agitado. Em frente, a ilha de Licoma, e mais ao largo, mal se distinguindo a ilha de Chizumulo.

Estas duas ilhas pertenciam noutros tempos ao régulo Chiteze, da nossa margem, que ainda hoje tem a sua povoação próximo do pôsto de Coboé. É voz corrente que a posse destas ilhas nas mãos dos ingleses deriva da compra feita por Livingstone a esse régulo por uns sacos de sal, pois o sal nestas terras é um artigo precioso e constitue, por assim dizer, a moeda-ouro do comércio indígena.

Para o norte de Coboé, a margem torna-se cada vez mais alta, caíndo sobre as águas em declive rápido de mais de 1500m. e na parte pertencente à Colónia de Tanganica é ainda mais alta, chegando a atingir 3000m. quasi a pique sobre as águas. Apesar do lago estar agitado, chegam duas lanchas à vela pertencentes à Missão inglesa da ilha de Licoma, pois há sempre movimento de lanchas entre a ilha e o nosso território. Após o almôço embarcámos numa lancha e fazemo-nos de vela até Licoma. A travessia é de 6 milhas, pouco mais ou menos. O vento tinha amainado. O lago está agora sereno e a lancha é levada a remos durante cerca de três horas.

A entrada de Licoma é numa baía pequena

mas muito profunda. Em frente três minúsculos ilhéus de forma cónica, verdadeiro aglomerados de pedras graníticas por entre as quais aparecem massiços de catos e arbustos.

Desembarcámos numa ponte de Madeira e penetrámos na ilha. A ilha é árida, pedregosa, de areias grossas. Numerosos baobabs indicam terreno bastante sêco; aqui e além, uma árvore expontânea; as ervas são poucas e mesmo essas raquíticas.

Caminhamos por entre palhotas perten-



LAGO NIASSA — BAÍA DE METANGULA

O vapor «Chauncey Maples»

centes aos indígenas da Missão. A 1 km. de distância encontrámos um campo de tennis; depois avistámos a catedral anglicana, e logo a seguir as casas de habitação dos missionários e das «sisters». Junto das primeiras casas vê-se um cemitério muito bem cuidado onde estão enterrados indígenas e antigos missionários. Vem ao nosso encontro uma Senhora inglesa, «sister» da Missão, que nos vai mostrar a catedral, mandando ao mesmo tempo avisar o arcebispo, reverendo Whencepear, da nossa presença.

As missões inglesas do Lago Niassa (University Missions of Central África) foram fundadas em 1861 pelo bispo Mackenzie, por ocasião da segunda viagem de Livingstone. A catedral é mais recente: data de 1903.

É um grande edifício em estilo gótico. O pavimento, a parte interna das paredes, o altar-mór, a pia batismal, a capela do S. S., etc., são feitas de «pedra sabão», qualidade de pedra que existe na nossa margem, esbranquiçada com aparência de sabão e muito fácil de trabalhar.

O Reverendo Whencepear acompanha-

-nos na nossa visita e mostra-nos alguns objectos preciosos, entre os quais uma cruz do século XVI em prata e ébano, que outrora pertenceu aos padres Coptas da Abissínia, e uma cruz feita com a madeira da árvore a cuja sombra morreu Livingstone, em Luapula.

A seita anglicana é das seitas protestantes a que mais se aproxima do catolicismo e por isso não nos admirou o vermos nas paredes imagens de santos—S. João, S. Pedro, S.^a Teresinha do Menino Jesus, etc.

Amabilíssimo, o reverendo Whencepear convidou-nos a passar alguns dias na missão, convite que aceitámos do melhor grado, dado o ambiente de paz e meditação em que ali se vive. Em volta da catedral há diversos arruamentos e consistem em pequenos chalets de alvenaria cobertos a colmo com 2 ou 3 divisões confortáveis, modestamente mobilados repletos de livros. Na missão há um hospital, uma tipografia e um seminário para a formação do clero indígena. Há também um médico e uma enfermeira principal, miss Sinpkinson, senhora de uma cativante gentileza, que ali trabalha há mais de 20 anos.

As refeições de todo o pessoal da missão são tomadas numa sala de jantar em comum e o café é servido, no hall, onde há numerosas revistas para leitura. Três lindos gatos muito animados tratam-nos com a maior intimidade deitando-se nos nossos joelhos a fazer o seu rom-rom. Uma das sisters, miss Florence Seddom falava regularmente o português e conhecia Portugal por ter frequentado um curso de férias em Coimbra.

Estivemos três dias na missão. É uma vida verdadeiramente paradisíaca. De manhã assistimos aos ofícios religiosos celebrados em língua nyanja, acompanhados de afinados coros, e à noite, depois do jantar, íamos aos ofícios de completas só para padres e sisters, lidos em inglês.

Deixamos a missão de Licoma com saúde, extremamente agradecidos pela forma como tínhamos sido ali tratados. Os três dias passados em Licoma são uma das recordações mais gratas das nossas viagens pela África. Às 8 h. da manhã saímos de Licoma em direcção a Coboé. O Lago estava bastante agitado pela acção do vento noroeste. As vagas eram altas e a lancha balouçava como uma casca de noz e parecia submergir-se a cada momento. Eu, que tenho andado de lancha nos embarques e desembarques de de tantos portos africanos, posso afirmar que

nunca apanhei um mar tão mau que se pudesse comparar às vagas do Lago Niassa em dia de vento. Apesar de ver meu marido a conversar socegradamente com o sr. Ramos, confesso que apanhei um grande susto que se reflectiu num forte enjôo. É a travessia, que a remos levava 3 horas, não gastou à vela, mais de meia hora, a despeito das vagas que atrapavam a marcha. Depois de umas digressões botânicas à volta de Coboé, voltámos para Metangula, mas desta vez gastámos três dias na viagem. Antes de chegar a Metangula passámos pela missão inglesa de N'Sumba, situada à beira do rio Lunho, a qual é uma sucursal da missão de Licoma.

Tivemos o prazer de conhecer em M'Sumba o reverendo Davies e as sisters que ali prestam serviço. Duas delas, Miss Hellinga e Miss Thomas, falam um pouco o português. A missão de M'Sumba, muito mais modesta que a de Licoma tem uma igreja em alvenaria e uns chalets para os missionários e «sisters» semelhantes aos de Licoma. Na igreja vimos uma imagem de Santo António em barro preto, feita por um indígena, o qual por certo queria mostrar a sua veneração por esse Santo atribuindo-lhe a sua côr. À tarde viemos para Metangula acompanhados pelo Padre Davies, de Misa Helling e Miss Thomas.

No dia seguinte de manhã chegava a Metangula o vapor *Chauncy Maples*, pertencente à missão de Licoma, e que faz carreiras no Lago até ao extremo norte. É um elegante barco de 250 toneladas, com três bons camarotes, capela etc. O comandante recebeu-nos muito amavelmente. Ia a bordo uma senhora escocesa suster das missões do Tanganica.

De Metangula seguimos para Maniamba, actual séde da Circunscricção do Lago, a 50 km. para o interior.

Metónia, Novembro 1933.

Construção do Caminho de Ferro do Limpopo

Foi publicado o decreto n.º 25.255, o qual determina que a verba de 4.400.000\$ inscrita no orçamento da colónia de Moçambique sob a rubrica de "Empréstimo de 70.000.000\$, feito para obras de irrigação do Vale do Limpopo e construção do caminho de Xinavane a Lionde-Juros,, seja levantada e depositada integralmente em uma conta de operações de tesouraria sob a epigrafe de "Construção do caminho de ferro do Limpopo,,.



Página literária

QUANDO me encontrei, só e abandonado, no interior da Serra da Chela, sem bispar caminho para onde conduzir os passos nem refúgio para abrigar o corpo, não senti o menor pavor.

É certo que estava vazio de qualquer outro sentimento. Nem pavor, nem coragem, nem prazer — Nada!

Sentei-me tranqüilamente na borda dum penhasco e não sei quanto tempo para ali estive, de olhos fixos na corcova mais allaneira de um monte, indiferente, esperando a morte, como tantas vezes esperara em Lisboa o carro que me levava a casa.

Lembro-me que só algumas horas depois tive noção menos confusa sobre a desgraçada situação em que me encontrava; dei comigo a dizer em voz alta:

— Afinal era o que esperava... Foi para isto que vim... Para *estoitar!*

Já o dia tombava. Para as bandas do poente ardiam nuvens em incêndios fantásticos. Não me comoveram. Dentro do largo círculo que meus olhos alcançavam—porque eu jazia em elevado poleiro, quási no alto do terreno—via uma extensão enorme de montes bárbaros, fantasiadamente erguidos e lançados, uns que se levantavam bruscamente formando cenário cruel de penedias e cavernas, outros que lembravam dorsos de animais ciclópicos adormecidos. No conjunto eram um Oceano revoltado, de on-

*Excerpto do romance
de Henrique Galvão*

“O SOL DOS TRÓPICOS”

(NO PRELO)

dulação bravíssima e irregular, em que as vagas, ora se cavavam até misteriosas profundidades, ora se levantavam até estonteantes alluras.

Uma verdura negra e agreste, apenas aberta num ou noutro ponto, onde penhascos nus espreitavam abismos, vestia, até perder de vista, o apavorante cenário.

E eu era, no centro do enorme círculo, um homem só, sem recursos nem protecção, que umas semanas antes não pisara ainda terras de África.

Era bem da África, que eu tinha visionado em horas fugitivas de reduzido interêsse por essas terras aonde nunca tinha pensado ir, aquele conjunto acabrunhante de grandezas e exuberâncias, em que palpavam mistérios e perigos e sofrimentos.

Nem sequer me passou pela cabeça a ideia de investigar saída ou caminho que me levassem algures. De tudo o que me cercava desprendia-se uma impressão tão viva da Distância, do Isolamento, e era tal a confusão labirintica dos rumos, que me sentia amarrado ao penhasco em que estava, e que era tão indiferente e trágico como qualquer outro que porfiadamente procurasse, pois só penhascos iguais cuidava que havia de encontrar. Tinha a certeza espontânea, reflexa, da inutilidade de pretender ir a qualquer ponto de salvamento.

Nem nos vales sombrios, nem nas encostas gadelhudas

e selvagens, nem nos altos agressivos, se topava ar de hospitalidade para vidas humanas, ou ambiente aonde pudesse imaginar-se um telhado, uma casa, esperança de socorros. Carreiro ou indício de trilho que fôsse dar a lugar de asilo também o não lobrigava—e Deus sabe por onde se esgueiraria naquela teia de ramos, tão bravios e ferozes, que pareciam ter raízes directamente nas penedias.

Se me houvera encontrado, após cruento naufrágio, sobre um destroço, em qualquer lonjura dos oceanos, não me sentiria mais perdido nem menos esperançado de auxílio.

Realmente não valia a pena lutar.

Invadia-me os membros uma grande lassitude.

E porque viera à África para morrer, e porque me sentia em presença da morte — de-certo por isso — não senti o menor pavor.

Tanta fadiga de viver, tanto desinteresse e desapêgo pela vida, tantos meses levados a magicar num acontecimento que me matasse, quasi me deixavam calmo, repousado, tranqüilo, como se fôra aquele passo, difícil e dolorosíssimo para tantos outros, a solução prevista e esperada da minha vida.

Lembro-me que saquei do bolso uma caixa de fôlha em que guardava o tabaco e que enrolei vagarosamente um cigarro. A caixa de fósforos que rebusquei nos bolsos estava vazia; nem sequer tinha a possibilidade de fazer lume. A meu lado jazia a maleta esfiampada que trouxera da Europa, com umas peças de roupa e poucos objectos mais. Eram todos os meus haveres e recursos.

Caiu-me o cigarro da bôca sem revolta nem tristeza de maior. E a noite veio depressa, a correr, como veem as noites dos trópicos. O horizonte reduziu-se cada vez mais, as linhas dos montes confundiram-se na lonjura—e, como um diafragma que se fecha, cerrou-se de vez o grande círculo.

Perto de mim, embuçados nas trevas, ganhavam formas estranhas e desmanchadas, os penedos e os troncos, os macissos e as ravinas. Escorria de tôdas as coisas uma escuridão densa, encorpada.

O céu povoou-se de estrêlas distantes, trémulas, cuja legião não chegava para alumiar a terra. A lua era simples fenda luminosa no seu quarto crescente ainda magrinho.

Na quietação da noite africana—quietação solene e imprescutável—um grito rasgava, de quando em quando, o silêncio pesado, recordando que nas espessuras do mato os dramas misteriosos da selva não tinham fim. E cada grito, insensivelmente, levava a pensar em lances sangrentos, em lutas de morte, em agonias desesperadas.

E todavia, não sentia o menor pavor!

Umhas semanas antes vagueava ainda, de mãos nos bolsos, pela Avenida da Liberdade é pelo Rossio — e tinha cama numa pensão modesta da rua do Príncipe. Dir-se-ia que fôra dum salto que galgara a enorme distância e fôra

Caçada em Angola

Está em organização para Setembro d'êste ano, uma grande caçada no Sul de Angola, por quatro titulares espanhóis entre os quais o Marquês de Viana que, como se sabe, é casado com uma senhora portuguesa.

Ainda bem que a riqueza venatória das nossas colónias — só por si um grande elemento de Turismo e de atracção para os argentários europeus e americanos — começa a ser conhecida e procurada.

Já em França um outro grupo de caçadores pensa organizar uma partida idêntica.

Assim as colónias compreendam o alcance e a utilidade destas organizações e se apetrechem para bem receber os turistas caçadores que começam a procurá-las.

A caçada em organização realisa-se como dissemos em Setembro e será naturalmente dirigida pelo grande caçador de Angola que é Teodósio Cabral assistido possivelmente de Abel Pratas e Henrique Galvão, também caçadores africanos experimentados.

Realizar-se-ão caçadas nos arredores de Luanda (paçadas), no deserto de Mossamedes e nas regiões do sul entre Capelongo, Mupa, Dongoena e Ruacana.

A partida dos caçadores está marcada para os primeiros dias de Agosto.

• • • • •

O Estado Novo e o Império

(Conclusão da pág. 4)

que domine apenas as preocupações aliás altíssimas do interesse espiritual. Propomo-nos apertar cada vez mais os laços que unem as diferentes regiões que compõem Portugal daquém e dalém mar. Desprezamos com orgulho êsses grotescos velhos do Restelo que ainda na nossa colonização contemporânea estão «vendo somente na carta de marear uma tão grande terra de costa pintada, e tantas voltas de rumos, que parecia rodearem as nossas naus duas vezes o mundo sabido para entrar no caminho de outro novo que queríamos descobrir—fazia neles esta pintura uma tão espantosa imaginação que lhes assombrava o juízo» como com tão graciosa malícia escreveu o conspícuo autor das *Décadas* João de Barros.

ter, quasi inconscientemente, à Serra da Chela. Fôra pelo menos com a mais soberana e acabada das indiferenças.

Juntei as mãos, num gesto muito meu e pensei novamente:

— Afinal era o que esperava... Foi para isto que vim... Para *estoirar!*

Recapitulei então, sem me falhar um pormenor, todos os passos da minha vida que tão longe me conduziram.

Como se fôra espectador de mim próprio, como se se tratasse de outra pessoa, vi, com a nitidez e precisão que a África empresta a tôdas as lembranças da Europa, o desconsolado filme da minha existência.

“ALERTA POR PORTUGAL!”

POR BERTA LEITE

QUANDO há poucos dias, os jornais anunciaram, «a paz mundial gravemente ameaçada», um frémito de instintiva defesa, trouxe aos corações portugueses uma enorme preocupação:

o Património Colonial.

Essa preocupação tem o seu fundamento na forma ilícita porque o mundo tem erradamente julgado que, por mais Padrões com que na Época das Descobertas, os portugueses tivessem gloriosamente marcado a primazia da sua passagem de Cristãos, pelo Império de Além Mar, pouco mais alcançara o seu domínio que uma colonização puramente espiritual.

E comparando-nos pela fé, aos contemplativos que afirmam ser o céu a melhor parte do mundo—sem atentar sequer que o mundo nunca é céu—por mais de uma vez tem destemidamente avançado, ora surrateiro, ora intempestivo, para se apoderar do que não lhe pertence por Direito Sagrado de conquista, mas pela Fôrça esmagadora que é a mais fraca diante de Deus, que tudo pesa.

Portugal então a braços com a falta de assizadas directrizes, a acrescentar à luta sôbrehumana da falta de colonos, submeteu-se para que não lhe levassem tudo.

Mas a cobiça mundial não serenou e, continua a envolvê-lo cada vez mais cerradamente.

A actividade no progresso da ideia Colo-

nial impõe-se portanto como nunca, neste momento de crise.

A obra mais urgente do ressurgimento nacional será cuidar na conservação da nacionalidade.

Ameaçada nos mais legítimos direitos sôbre o seu desdobraimento colonial, a Pátria ergue-se sobressaltada e tem os olhos no ultramar.

Essa Terra da Promissão que é o Continente Africano, duramente amanhado com o mais penoso sacrifício dum povo que é só grande na Glória, é o seu mais íntimo orgulho.

Sabendo que as aves de rapina se sustentam apenas de cadáveres, nesta hora de incerteza mas de esperança, Portugal exorta a África a acompanhá-lo pela mesma promessa de Vida Eterna, com que Jesus Cristo alegrou a Humanidade:

«Sou sustento de almas fortes.

«Cresce e me comerás.

«Nem tu me mudarás em ti como acontece às comidas corporais, mas tu em mim serás mudado e transformado.»

Encontremos a resposta dos africanos:

«A vinda de Portugal foi como a do Espírito Santo.

«Renovou-nos a face da Terra... e tudo foi criado.

«Alerta por Portugal!»

Março, 1935.

Informação Económica sôbre Angola

(1934)

Está publicado, em Edição de 1.^a Exposição Colonial Portuguesa o terceiro volume da “Informação Económica sôbre o Império”, relativo a Angola.

É o mais volumoso, mais importante e melhor organizado de quantos se têm publicado. 1.100 páginas que contêm o melhor e mais completo repositório de informações sôbre a nossa grande colônia africana—algumas reveladas pela primeira vez, muitas outras referentes ao último decênio e que constituem preciosos elementos de estudo.

Contém, além do prefácio de Henrique Galvão, os seguintes capítulos pormenorizadamente desenvolvidos:

1—Território e Área; 2—Clima; 3—Estado da população; 4—Movimento da população; 5—Imigração e

Emigração; 6—Indústria; 7—Indústrias elétricas; 8—Indústria mineira; 9—Indústria hidráulica; 10—Agricultura, florestas e terras; 11—Indústria animal; 12—Custo da vida; 13—Navegação e Portos; 14—Caminhos de ferro; 15—Estradas; 16—Correios, Telégrafos e Telefones; 17—Comércio externo; 18—Moeda; 19—Organismos bancários; 20—Finanças públicas; 21—Desemprego; 22—Análise de alguns produtos da colônia; 23—Divida, fomento e exercícios findos; 24—Organismos económicos; 25—Tribunal contencioso, técnico e aduaneiro; 26—Previdência; 27—Serviços de Saúde; 28—Justiça; 29—Ensino; 30—Serviços Pecuários; 31—Postos meteorológicos; 32—Organismos associativos; 33—Demografia; 34—Inquéritos sôbre missões; criação de gados, comércio e indústria.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA T R A N S

O primeiro Congresso Colonial Nacional, pôs na ordem do dia o exame da situação económica do Congo.

As secções preparatórias terminaram os seus trabalhos mas apresentamos aqui o novo estatuto monetário que modifica consideravelmente os elementos do problema.

Para se poder apreciar este acontecimento, é preciso tomar em consideração, dois factores essenciais:

1.—A Colónia produtora de matérias primas foi particularmente prejudicada pela baixa dos preços por grosso: o desequilíbrio entre os preços por grosso e os preços de retalho comprometeram a sua estrutura económica.

2.—O Congo, oferece o exemplo típico duma economia que sucumbe sob o peso das dívidas públicas e privadas.

A Economia do Congo e a desvalorização do belga

Do "Essor Colonial et Maritime,"

No que se refere às cotações das matérias primas é evidente que se realizaram grandes progressos. As esperanças que os constituintes do bloco-ouro fundaram sobre a alta dos preços mundiais para "irem ao seu encontro, a meio caminho da penosa via do reajustamento económico—sem esquecer o ortodoxo,, como disse o "Economist", em Maio de 1934 "do êxito do heterodoxo, para ser fiel a sua fé,, não foram totalmente desiludidas.

A alta de cotações das oleaginosas, marca no entanto um compasso de espera. As cotações do algodão e do café, sofreram uma regressão que deu lugar a alarmes e a legítimas e justificadas apreensões.

O reajustamento das cotações nas matérias primas sobre a base da nossa paridade-ouro deve devolver às empresas tributárias dos mercados mundiais, à agricultura indígena e à colheita—quer de óleo de palma, das oleaginosas, do café, quer do algodão, do couthout, do cacau, da goma copal, etc., os seus rendimentos comprometidos.

Da mesma forma, o cobre—cujas cotações se encontram já elevadas pelos acordos tratados durante a conferência de New-York, e sobre os quais não se conhecem ainda os pormenores à hora que escrevo este artigo—e do estanho.

Quando ao ouro, a alta sobre a base da nova pari-

dade, representa perto de 10.000 francos o quilo. Não é portanto difícil de calcular o aumento de rendimento das explorações.

Há mais ainda: o nível limite baixou, e dá-se agora aqui, guardando as devidas proporções, o mesmo fenómeno que se deu no Rand quando a libra sul-africana se juntou a libra esterlina: pode dizer-se que com a exploração dos minerais de baixo preço a longevidade das minas do Rand foi duplicada. De facto, a partida do padrão-ouro, significa para a África do Sul a descoberta de novos e importantes jazigos.

Vejamos o revés da medalha: paralelo ao aumento das receitas brutas das empresas industriais agrícolas e comerciais, é preciso pôr evidentemente a das despesas de exploração, tratamentos e salários, material e fornecimentos, despesas de transportes. Este aumento deve ser lento e moderado. Deve deixar margem para permitir às empresas, não só melhorar os recursos dos indígenas, por consequência os poderes de compra de que beneficiarão os nossos exploradores, como de retomar a remuneração dos capitais pedidos à Caixa Económica, e esta por sua vez contribuirá para melhorar a crise—pois esquece-se as vezes que o accionista é também consumidor — e uma política de dividendos é tão importante em tempo de crise como uma prática de reservas prudentes em tempo de prosperidade.

A alta do custo da vida conhecerá sem dúvida os exageros que vimos desenharem-se na Bélgica. Pode ser proporcionada com a desvalorização para os artigos importados do estrangeiro—sob reserva duma nova depreciação da libra ou do dólar, e na medida onde os países do bloco-ouro ficarão presos à sua actual paridade. O mecanismo das tarifas alfandegárias permitira por-lhe um freio, e de limitar a sua extensão. Tem de ser lenta e moderada para as importações da Bélgica que se encontrarão dessa forma favorecidas e que poderão lutar com mais vantagens, contra a concorrência, às vezes perigosa das importações estrangeiras.

A alta nos preços interiores (produções locais) deve ser lenta e moderada em proporção à subida do custo da vida para os indígenas—o seu processo parece-me que devia fazer-se da seguinte forma: alta dos artigos impor-

(Conclue na página 23)

C O L O N I A L

CREVE-SE IMPRENSA PORTU- GUESA

A TRAVÉS de duas interessantes entrevistas e outros artigos, o "Noticias Agricola", expôs o pensamento dos agricultores metropolitanos sobre a debatida questão do Arroz. A grande simpatia de que este jornal disfruta nos meios agrícolas não impedirá, certamente, que os produtores coloniais também digam de sua justiça, tanto mais que o antagonismo entre os interesses continentais e ultramarinos que alguns receiam não é senão aparente e resulta do desconhecimento mutuo das respectivas aspirações e necessidades.

Que pretendem os produtores e comerciantes do arroz colonial?

Muito pouca coisa, que se resume no seguinte: a população continental consome por ano, em média, 90.000 toneladas de arroz em casca; a agricultura metropolitana produz menos de 50.000 toneladas; existe, portanto, um "deficit", de 40 milhões de quilos, que as colónias pretendem suprir, de preferência ao produto estrangeiro!

Parece que não há nada mais justo e harmónico com a política da unidade da economia do Império Português. Sendo assim, analisemos o problema em alguns dos seus aspectos particulares.

Dissemos que a população metropolitana absorve 90.000 toneladas de arroz, e esta afirmação fundamenta-se nos números registados no último Anuário Estatístico de Portugal, referente ao ano de 1935:

	Toneladas
Produção nacional.....	46.537
Arroz importado.....	32.888
Total.....	79.425

Mas, como dois terços dessa importação foram constituídos por cereal descascado, temos que, feita a conversão, o total de arroz em casca destinado ao consumo de um ano importou em cerca de 90 milhões de quilos.

Essas 90.000 toneladas representam menos de 60 milhões de quilos de arroz descascado, que, divididos por seis milhões de habitantes de Portugal, dão uma capitação anual de dez quilos, o que corresponde às necessidades e aos hábitos já adquiridos pelo nosso povo.

É certo que este consumo aumenta ou diminui conforme os preços de venda a retalho em relação aos outros géneros sucedâneos e é possível que no corrente ano se registre uma baixa, visto os preços dos arrozes no mercado terem subido sem medida nem razão, mas, salvo estas pequenas flutuações de carácter passageiro, pode afirmar-se que as necessidades do mercado português apresentam uma tendência de aumentar de ano para ano, como se pode verificar pelo seguinte quadro, organizado com os elementos colhidos nas estatísticas oficiais e representando a média de toneladas de arroz por respectivos triénios, produção continental de arroz em casca, importação de arroz limpo na maior parte e total:

Arroz metropolitano e colonial

Do "Noticias Agricola" de 28 de Março de 1935

	1909-911	1912-914	1915-917	1918-920	1921-923	1924-926	1927-929	1930-932	1933
Produção continental	18.750	26.315	45.045	17.075	28.027	45.102	17.956	18.725	36.661
Importação	22.500	15.831	36.331	18.840	41.350	60.190	17.580	50.884	68.464
Total	21.552	34.680	56.235	28.160	36.712	64.872	46.537	32.888	79.425

Do exame destes elementos estatísticos se conclue que, salvo o período anormal da Grande Guerra, o consumo do arroz em Portugal foi crescendo progressivamente, sobretudo à custa da importação, que atingiu o máximo de 56.000 toneladas em 1924, mantendo-se, no entanto, quasi estacionária a área da cultura local, cuja maior produção foi registada em 1918, como consequência das restrições impostas pela guerra submarina.

Verifica-se também que, em virtude das medidas protectionistas adoptadas nos últimos anos, a produção continental aumentou consideravelmente, a ponto de, em 1933, atingir o dôbro do que era há cinco anos. Convém notar que se a organização das estatísticas agrícolas era outrora deficiente, a prática do manifesto do arroz tornou-se mais rigorosa nos últimos anos, devendo este facto contribuir em parte para o relativo aumento registado.

Seja, porém, como fôr, é fácil ver que a produção metropolitana não vai além de metade do consumo normal; mas, vista a tendência manifesta para o seu incremento progressivo, é lógico perguntar-se: deve-se fomen-

tar a orizicultura continental de modo a satisfazer, por si só, as necessidades do mercado interno?

Não hesitarão em dar uma resposta afirmativa aqueles que preferem soluções simplistas, sem se preocuparem com a sua viabilidade nem com as suas consequências directas e immediatas. Para mais, existe o exemplo convincente da Campanha do Trigo, que permitiu resolver a crónica dificuldade do "deficit", frumentário.

Sucede, porém, que existem diferenças fundamentais entre o problema do trigo e o da produção e comércio do arroz.



Em primeiro lugar, a cultura do trigo não afecta a saúde pública; antes pelo contrário, melhora a alimentação e a situação financeira das famílias rurais, ao passo que a propagação dos arrozais vai agravando e espalhando a endemia palustre, provocando na saúde pública e na economia nacional prejuízos de valor incalculável.

Se algumas dúvidas poderiam subsistir neste ponto, elas devem desaparecer em face da publicação, feita nos jornais de 12 do corrente mês, do despacho proferido pelo sr. ministro da Agricultura sobre a reclamação da vila de Azambuja, depois de se terem pronunciado a Direcção Geral de Saúde, a Direcção dos Serviços Agrícolas e os peritos médicos e agrónomos que intervieram nas vistorias locais.

Em face do parecer concreto da Direcção Geral de Saúde no sentido de ser negada licença para a cultura dos terrenos em questão, o sr. ministro da Agricultura estabelece a doutrina sensata e criteriosa sobre a matéria nos seguintes termos do seu despacho: «*De um modo geral, não deve ser permitida a cultura do arroz nas proximidades dos povoados, já formados, além dos limites em que se fez no ano passado, como opina a Direcção Geral de Saúde, em virtude do aumento notado do sezonismo.*»

Podemos, por isso, admitir que, salvo o acréscimo que resultar do maior rendimento por superfície, a produção metropolitana não passará, nestes anos mais próximos, muito além das 50.000 toneladas, visto que se não pode aumentar a área da cultura sem graves inconvenientes.

De resto, o despacho ministerial não é mais do que a conclusão lógica dos estudos realizados na Estação Anti-Sezonática de Benavente e noutros postos antimaláricos.

Antes da criação destes postos poder-se-ia discutir a inocuidade dos arrozais, porquanto a sua condenação fundamentava-se, sobretudo, nas impressões pessoais dos clínicos, por vezes insuficientemente documentadas. Por várias razões de ordem técnica, que seria longo aqui expor, tornava-se indispensável completar as observações clínicas por meio de provas laboratoriais e cuidadosos estudos locais sobre a biologia dos mosquitos e processos culturais empregados. Foi o que realizaram os técnicos dos postos antimaláricos e, em especial, os de Benavente, chegando, infelizmente, a conclusões que confirmam plenamente as previsões dos clínicos rurais.

O "Relatório do 1.º ano da Luta Anti-Sezonática de Benavente," termina com as seguintes conclusões concretas:

"Nas numerosas pesquisas feitas em tanques e águas paradas, só raramente foi possível encontrar larvas de anofeles, mas sim encontrámo-las numerosas nos canteiros, regos e valas de escoamento dos arrozais... Tendo sido encarregados da defesa antisezonática de Benavente, vimo-nos a braços com intenso anofelismo. Pudemos ve-

rificar a larga contribuição que para êle dão os extensos arrozais..."

De outro lado, nos postos antimaláricos de Benavente, Alcácer do Sal e Mondego verifica-se que a percentagem dos consulentes impaludados é de 46, 65 e 68, respectivamente. Realizam-se, pois, no continente português tôdas as condições favoráveis para uma intensa propagação do sezonismo a saber:

a) Vasto reservatório do vírus, representado por um índice parasitário elevado, comparável ao das regiões mais inhospitas da África;

b) Uma fauna inesgotável de mosquitos, transmissores do hematozoário;

c) Uma população não imunizada e susceptível de ser impunemente inoculada, em vista da facilidade das comunicações modernas e do regime dos trabalhos agrícolas por ranchos migratórios.

Não é, pois, fácil occultar a gravidade da situação nem iludir a responsabilidade dos arrozais neste ponto.

Convém, no entanto, acentuar que as conclusões dos estudos de Benavente se não podem generalizar para todo o continente, assim como se não pode aplicar para os arrozais do Ribatejo o exemplo de outras localidades onde se não verifica a relação de casualidade entre o sezonismo e a orizicultura. A teoria admite e a prática demonstra que, se existem regiões onde a exploração orizícola é fortemente condenável, não muito longe se podem encontrar arrozais que se podem considerar inofensivos ou susceptíveis de fácil saneamento.

Estes resultados, aparentemente contraditórios, são perfeitamente explicáveis para aqueles que conhecem a malariologia e dependem, principalmente, da biologia do mosquito predominante na região, além de outros factores locais. Mas precisamente esta diversidade de reacções locais leva-nos à conclusão de que a área dos arrozais se não pode ampliar sem restrições nem limites, mas sim restringir-se, possivelmente, às localidades onde os seus efeitos sejam inócuos ou facilmente contrabalançados pelas providências sanitárias.

Dizer que ao Estado compete proceder às bonifanças indicadas não é resolver o problema, porque a acção dos agentes sanitários é, necessariamente condicionada pelas disponibilidades financeiras. Ora, se estes recursos monetários não chegam para a mínima parte das necessidades mais urgentes, seria ilógico e absurdo pretender aumentar os focos do sezonismo na esperança illusória de que o Governo viria depois combater os males que se irão multiplicando de propósito!



Ainda assim, poder-se-iam sujeitar as populações continentais a todos os inconvenientes da produção forçada do arroz se tal produção fosse indispensável para a economia nacional, para evitar a drenagem de ouro para o estrangeiro. Felizmente, esta circunstância não se verifica.

Para suprir o "deficit", em trigo, Portugal tinha de recorrer ao estrangeiro, pagando o produto em ouro; mas para completar o seu abastecimento em arroz a metrópole não tem mais do que dirigir-se às suas províncias ultramarinas.

As três colónias de África — Guiné, Angola e Moçambique — têm uma capacidade quasi ilimitada de produção e, portanto, a metrópole não necessita de exportar cambiais nem adquirir paludismo para se abastecer de arroz indispensável para o seu consumo.

Nem podem os agricultores metropolitanos conser-

var-se indiferentes a este assunto. Os produtores de vinho e de azeite, assim como os fabricantes de artigos industriais, quando exportam os seus produtos para as colónias, fazem-no naturalmente com o intuito de receber dali os seus valores. Ora os importadores coloniais, para poderem fazer a transferência do numerário, precisam de ter coberturas na Europa, e, para se ter depósitos em moeda continental, é indispensável que a metrópole receba produtos coloniais.

Ainda há poucos dias, a propósito da discussão do problema do vinho, o sr. dr. Vieira Machado, antigo subsecretário das Colónias, demonstrou a necessidade desse intercâmbio com as colónias.

As províncias ultramarinas absorvem produtos metropolitanos no valor de centenas de milhões de escudos. Não haverá possibilidade de pagá-los se a metrópole dificultar a entrada dos géneros coloniais. Impõe-se, portanto, a necessidade de harmonizar os interesses dos dois lados, estabelecendo a divisão e especialização das actividades e restringindo estas, possivelmente, aos campos que melhores condições oferecem para o seu desenvolvimento, progresso e produtividade.

Nesta ordem de ideias, já se dificultou nas colónias a montagem de indústrias várias e se estabeleceu o princípio de que a metrópole deveria abastecer as colónias em productos manufacturados, recebendo em troca matérias primas e géneros alimentícios que não pudesse produzir em quantidades e preços convenientes.

Encontra-se neste caso o arroz colonial, que está naturalmente indicado para suprir a deficiência da produção continental. Mas—é bom acentuar—a entrada desse arroz em nada prejudica os agricultores metropolitanos, porquanto nos termos da legislação vigente, as licenças para a importação só podem ser concedidas depois de garantida a colocação do Arroz interno.

Não devem, portanto, os produtores locais recear a concorrência dos comerciantes coloniais, nem estes têm razão para se queixar dos agricultores de Portugal, mas unicamente contra a organização do comércio dos arrozes, que é regulado segundo o critério de uma comissão, onde, por uma singular anomalia, não têm voto nem assento os representantes das colónias.

Recapitulando o que acabamos de expor, podemos dizer que, produzindo a orizicultura continental, cerca de 50 milhões de quilos de arroz, existe no mercado uma margem de 30 a 40 mil toneladas que os comerciantes coloniais pretendem aproveitar, com o fim de obter coberturas para satisfazer os seus compromissos com os exportadores metropolitanos. Não existe, portanto, antagonismo entre os interesses coloniais e metropolitanos; antes pelo contrário, pelo menos nesta matéria, eles se completam e harmonizam. E, no entanto, continuamos a importar arroz do Sião!...

J. SANTANA BARRETO

A Economia do Congo e a desvalorização do belga

(Conclusão da página 20)

tados—alta dos salários e das remunerações para os produtos de agricultura e de colheita—alta dos artigos de proveniência local—novas altas dos salários e das remunerações.

Existe nisto um tão grande número de factores interdependentes que seria muito difícil adivinhar as reacções mútuas antes de atingir o ponto de equilíbrio.

Quere dizer, a moderação que se impõe desde o princípio e que aconselharam aliás, as lições do passado.

Para interesse até do mercado local, a produção congoleza retomar a vantagem sobre a concorrência que lhe fazem as colónias vizinhas (manteiga, carne fumada, arroz, etc.).

Os transportes por via nacional, seriam igualmente favorecidos.



O serviço da dívida pública intervem para 43 % nas despesas e absorve perto de 75 % das receitas do orçamento (sem contar a subvenção da Metrópole).

Os orçamentos das empresas privadas como a do Governo, são desequilibrados pelo peso dos encargos fixos que tomou em conjunto uma importância completamente desproporcionada.

Os activos encontram-se agora revalorizados de forma a prever as amputações de capital que serão obrigados a revalorizar-se, o esgotamento de reservas.

O mercado imobiliário (sector de economia que sofreu particularmente com a profunda alteração das bases sobre as quais na origem se tinham feito as transacções) vê estas agora reajustadas.

A carteira das empresas equilibra-se com os efeitos duma depreciação quasi sempre injustificada.

Os devedores vêem-se aliviados e só aparece aqui o interesse dos credores—até a Colónia, credora do título do crédito agrícola se confunde com o dos devedores cuja solvência retomada, os economiza de perdas importantes de capital.

O ritmo das falências, atenua-se. O credor hipotecário encontra o seu ganho. Duma maneira geral, os devedores efectuam os seus pagamentos nas condições que se aproximam daquelas que presidiram as suas convenções.

O comércio deve beneficiar com uma política de crédito mais liberal.

Os encargos fiscaes fixos (aliás susceptíveis de correcção) encontram-se elevados a uma mais justa proporção de números de negócios.

As empresas conservam o benefício das reorganizações, que a deflação impôs, levada a um limite extremo de resistência das forças económicas.

O orçamento da Colónia terá de suportar novos encargos, mas deve de encontrar as suas possibilidades de equilíbrio ao retomar os seus negócios (inferiores em volume de exportação do que em valor) nos seus créditos, nos rendimentos das taxas existentes melhor do que na criação doultras novas, sem contar o restabelecimento de direitos de saída, tornados possíveis pela margem beneficiária das exportações.

Também as encontrará ainda no melhoramento da sua dívida directa que cremos está liberada unicamente em francos suíços, e da sua dívida indirecta (garantia de juro que depende não só do coeficiente de exportação das empresas de transporte, mas também da actividade das suas filiais mineiras) e no rendimento da sua carteira que é considerável.

Pode crer-se que foi a desvalorização da libra esterlina em 1931 que salvou a economia das colónias británicas—sobretudo o grupo do oeste-africano e que lhes permitiu equilibrar o seu orçamento. Desejamos que a Colónia, que sentimos se encontre ausente mais uma vez na declaração ministerial, participe numa larga medida do dever de renovação económica que se propõe o actual gabinete.

M. A. MOELLER.

CONSULTÓRIO

P.—Isto é para desfazer uma teima. Pode dizer-me em que ano, pouco mais ou menos, começaram as explorações de Silva Pôrto e quando foi êle até Moçambique?

R.—O facto não é tão antigo que seja necessário responder pouco mais ou menos ou reccar sôbre o assunto controversia histórica. A sua primeira viagem ao interior foi em 1839 partindo de Luandã. Em 1841 desceu a Benguela e os seus aviados foram pelo Lutembo e Zambeze superior, no caminho do Luí. Em 1845, já estabelecido no Bié começa a exploração do Barotze que abre ao comércio de Benguela em jornadas que vão dêste ano a depois de 1852. Em 1853 inicia-se a viagem de travessia que alcança a contra-costa.

Creio que será suficiente para desfazer a sua teima.

P.—Ouví dizer que em 1936 havia uma Exposição Colonial em Lisboa. Peço-lhe que me diga o que há a êsse respeito pois gostava de concorrer.

R.—Eu também ouví dizer—é tudo quanto lhe posso dizer.

P.—Pode dizer-me qual é a produção mundial do Açúcar e que logar tem entre êle as nossas colónias de Angola e Moçambique?

R.—A produção africana, segundo estatísticas da S. D. N. é de 7.660.000 quintais. Está distribuída da seguinte forma: África do Sul 2.680.000; Egito 1.100.000; Madagascar 45.000; Angola 100.000; Moçambique 800.000; Reunião 550.000; Maurícias 2.381.000. Globalmente nas outras partes do mundo a produção é de 1.680.000 na América do Norte; 61.400.000 na América Central; 16.000.000 na América do Sul; 74.800.000 na Ásia; 15.475.000 na Oceania.

Na Europa, a Espanha produz 100.000 quintais.

Êstes números referem-se apenas a açúcar de cana bruto.

P.—É possível saber-se exactamente qual é a percentagem da exportação e importação de tôda a África que se destina à Europa e a mesma para as outras partes do mundo. Se não puder responder-me peço que me diga que livros hei-de consultar para saber o que pretendo?

R.—Sabe-se exactamente. Tão exactamente quanto as estatísticas o referem. Aí tem: A África importa da Europa 82,4 % da sua importação total.

Da América importa 11,4 %, da Ásia 4 % e da Oceania 2,2 %. Exporta para a Europa 89,7 %, para a América 5,8 %, para a Ásia 4,4 % e para a Austrália 0,1 %.

P.—Há algum bom jornal literário em Lisboa? E havendo consentirá êle enviar-me uma assinatura para estes confins do Niassa sem se importar com os riscos das transferências.

R.—Há um bom jornal literário: *Fradique* dirigido pelo sr. Tomaz Ribeiro Colaço. Redacção: Rua Almirante Pessanha, 16. Há outros dois que nunca lí—o que não quer dizer que não possam também ser bons *O Diabo*, *Bandarra*. Creio que consentem. Todos nós consentimos... infelizmente.

Conferência Nacional do Café

Foi inaugurada no dia 23 a Conferência Nacional do Café cujo programa de trabalhos versou os seguintes temas:

I. **Produção**—O café na economia do Império; os cafés de plantação em Angola; os cafés de produção indígena em Angola; o café de Cabo Verde; os cafés de Moçambique; O café Arábica em S. Tomé; o café Líberica em S. Tomé; os cafés de Timor.

II. **Comércio**—Os mercados estrangeiros; o mercado metropolitano; as misturas do café; o aroma do café; as propriedades tónicas e estimulantes do café.

III. **Defesa e valorização**—Bólsas de mercadorias; o aspecto fiscal do café; os transportes e armazenagem do café; o entreposto colonial de Lisboa.

110

estranjeiro

Portugal na Exposição de Bruxelas

Acceitas as sugestões do Ex.^{mo} Sr. Dr. Augusto de Castro, Ministro de Portugal em Bruxelas, que tanto tem contribuído para o estreitamento de relações de amizade entre seu país e a Bélgica, a "Casa de Portugal," em Anveres, organismo oficial lusitano de propaganda comercial e de turismo, tomou a decisão de organizar uma representação portuguesa na Exposição Internacional de Bruxelas.

Esta representação não poderá ter toda a amplitude e espaço desejados pelos seus organizadores, pois o tempo, falta. Constará de quatro secções: colonial, política, comercial, e turismo.

O ministério das Colónias de Portugal, o Secretariado de Propaganda Nacional, vários organismos económicos oficiais, tais como o Instituto do Vinho do Pôrto, o Consorcium da Pesca, a Câmara dos Exportadores de Vinhos, etc., darão a esta iniciativa o seu mais completo apoio.

A direcção da secção portuguesa, foi confiada ao nosso confrade Sr. Vitor Falcão.

(Do *Essor Colonial et Maritime*).

O ressurgimento económico nas Colónias francesas

Mr. Louis Rollin, Ministro das Colónias, fez no Conselho de Ministros, várias declarações tranquilizadoras sobre a melhoria da situação económica no nosso domínio colonial. Para três das suas importantes possessões, certos sintomas fazem augurar um futuro melhor.

Na Cochinchina, durante os três primeiros trimestres de 1934, foram exportadas 1.141.000 toneladas de arroz em vez de 1.035.000 do ano anterior. É preciso retroceder até 1929 para encontrar outra exportação tão alta. Em Outubro de 1934, as exportações de milho de Saigón elevaram-se a 159.000 toneladas contra 85.000 no período correspondente ao ano anterior. As saídas de caoutchout foram na mesma data de 14.000 toneladas, contra 10.300.

Em Madagascar, as exportações de café alcançaram em 1934, a cifra *record* de 20.000 toneladas; a produção da tapioca de 1934 excedeu em 50 % a do ano de 1933. A exportação de ervilha do Cabo atingia em Agosto de 1934, 15.700 toneladas contra 7.500 no período correspondente a 1931. A revalorização de 20 para 80 frs. da baunilha, por motivo da qualidade do produto é um facto adquirido para o ano que corre.

Na África Ocidental francesa, as exportações que se elevaram em 31 de Agosto a 640.000 toneladas ultrapassaram nesta data a tonelagem total exportada em 1933. Por outro lado, as importações são, para os nove primei-

ros meses do ano findo superiores 27.000 toneladas ao período correspondente ao ano 1934.

Os orçamentos da Federação que no seu conjunto apresentam um excedente de receitas de 83 milhões em 1931 e de 29 milhões em 1932, fazem resaltar um excedente de cinco milhões em 1933, graças às severas compressões efectuadas; demais, é certo que o montante de todas as rubricas de orçamento de 1935 não ultrapassará o de 1934 que marca o limite das compressões nas despesas.

A Conferência do Império francês

As notícias que nos chegam acerca dos trabalhos da Conferência do Império francês, cuja sessão de encerramento se realizou em 13 de Abril, não são as melhores, sob o ponto de vista que se refere a resultados práticos.

Parece que se terá escrito muito, que se terá falado eloqüentemente e até que se terá doutrinado bem. Mas parece também que tudo ficará como antes e que as conveniências da política partidária da Metrópole arquivarão os votos da Conferência e que esta se encontrará em 1937 perante os mesmos problemas, mais agravados e perante as únicas realizações que lhe serão consentidas: Discursos, votos para arquivar e algumas sessões mais ou menos solenes.

Respigamos da *Quinzaine Coloniale* alguns períodos dum artigo que se refere ao assunto:

"Dir-se-há que a Conferência traçou um plano de política imperial e que, como resultados práticos, apenas obteve a instituição de alguns comités permanentes—sem contar os agrupamentos interprofissionais cuja formação recomendou. Seria cobrir-nos de ridículo aos olhos dos estrangeiros, ao mesmo tempo que renunciar a uma ocasião magnífica de empreender uma obra de restauração e construção novas nas colónias. Os relatórios gerais das comissões da Conferência, são, pelo que conhecemos, notáveis e formam em todo harmonioso, dum valor construtivo bem superior ao dos acordos de Ottawa que, embora importantes, tinham sobretudo alcance comercial..

"Seja como for, perante as resistências prontas a manifestar-se que se sentem por parte de certas repartições do Ministério, a constituição dum Comité reduzido para seguir, ou antes impulsionar, junto dos poderes públicos, a execução do programa e as notas da Conferência, aparece, cada vez mais, como uma necessidade. Encara-se também desde já a possibilidade de ser convocada uma nova Conferência Imperial dentro de dois ou três anos, para retomar o exame dos problemas em função dos acontecimentos que até lá se vierem a produzir..

"Mas valerá a pena reunir em 1937, se se verificar que as conclusões da Conferência actual são letra morta?..



O importante território de Anandía, Bondo-Mele, vai de novo sofrer novas transferências de funcionários europeus, transferências que já foram bem nefastas há três meses e que tão caro custaram.

Será esta a quinta transferência para um só e mesmo agente em quatro meses e sempre a centenas de quilómetros de distância. Tem sido o motivo das conversas nestes tempos tão duros.

A economia não parece estar bem aplicada neste território.

É preciso acrescentar que daqui resulta uma desorganização nos serviços, o moral dos agentes sofre, não existe a menor continuidade nem ideal na política indígena, e para acabar, é sempre o comércio a principal vítima desta situação, sem contar que o prestígio dos europeus está gravemente comprometido.

(De Bondo, do *Correio d'Africa*).



Na província de Elisabethville, todo o indígena varão, adulto e válido nos territórios de Elisabethville e de Jadoville, está encarregado de cultivar durante a época das chuvas, batata doce: isto é para evitar depois a escassez.

Na província de Coquilville, cada indígena, varão, adulto e válido de certos sobados do território dos Ekota-Bakutu, é encarregado de estabelecer e tratar durante o ano 1935, certas lavouras para consumo local.

(Do *Essor Colonial et Maritime*).



Num jornal da noite o antigo Ministro das Colónias Mr. Crokant, escreveu: Desde meados de Junho de 1931, data em que fui nomeado Ministro, que deviam ter-se dado grandes e severos cortes nos orçamentos, como eu já os dei no orçamento das Colónias.

Deviam... mas não o fizeram!

Não é uma razão suficiente para que o Governo Colonial e as sociedades congolenses não façam o impossível para dar ao seu pessoal, graças aos efeitos da desvalorização, um pouco desse conforto de que foram privados na Bélgica e no Congo.

Quando é certo que nos meios não coloniais continua-se a viver melhor e até com largueza.

A cada um, a sua vez!

(Do *Essor Colonial et Maritime*).

Comentários

A ideia do povoamento europeu no Este Congolês não é uma utopia: os argumentos sobre os quais fundamos "o plano de colonização nas regiões do Kiva", plano cuja essência foi destilada nas colunas deste jornal, são riais e sólidas.

—Entendemos que a colonização branca é uma necessidade.

—Demonstramos durante a conferência dada na "União Colonial", a 13 de Março findo, que ela é possível.

Que conclusão podemos, ou devemos tirar?

Há só uma. Lógica inatacável, é preciso realiza-la!

.....
A ideia está em andamento. O Ministério das Colónias deveria apoiá-la de que forma?

Primeiro: proclamando praticamente a salubridade das regiões de Kiva. A solução lógica e económica deste problema consistiria em fixar a permanência dos funcionários em nove anos em vez de três por agora e de instaurar a carreira administrativa permanente nessas terras privilegiadas, a seguir criando uma "Repartição de Colonização Branca".—Esta repartição seria por fim: 1.º informar os candidatos a colonos que espontaneamente se ofereçam, e forem com os seus próprios meios.

(Do *Essor Colonial et Maritime*).

IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

Na Exposição Colonial, que vai efectuar-se em Lisboa, figurará, segundo consta, um contingente de tropas de segunda linha de Timor.



A 2.ª série, número 73, do *Diário do Governo*, publicou o seguinte:

Acórdão n.º 1.472 do Conselho Superior das Colónias.

Despacho concedendo a medalha de cobre de assiduidade ao serviço no ultramar a um chefe de posto administrativo da colónia de Angola.

Declaração de estar aberto concurso para provimento do lugar de mestre de serralharia da Escola Profissional da cidade da Praia, colónia de Cabo Verde.

Despachos pela Direcção Geral dos Serviços Centrais.



Reuniu-se o Conselho Superior das Colónias, que tratou do recurso interposto pelo engenheiro agrónomo Monteiro Grilo, a quem fôra recusada a licença graciosa a que tinha direito, e por José Bretes, 3.º oficial aduaneiro de S. Tomé pedindo ratificação à portaria que o nomeou para esse lugar, negou provimento aos recursos interpostos por Aires Nunes, piloto da barra de Moçambique contra a multa de 100\$00, ouro, que lhe foi aplicada; pela Companhia Geral de Angola contra a colecta de 180.000 angolares que lhe foi imposta; pela Companhia Nacional de Navegação contra a deliberação do secretário de fazenda do concelho de Lourenço Marques relativa à liquidação do imposto de selo devido a passagens marítimas fornecidas a indígenas em Moçambique, e por Esmel Manchaude, oficial de diligências de Lourenço Marques contra a redução do seu vencimento e mandado repor a quantia de 8.000 escudos. Não tomou conhecimento do recurso interposto por António Sousa Ribeiro contra a portaria do governador geral de Moçambique e ocupou-se também da reclamação da Companhia Geral de Trabalhos do Congo, relativa à construção da ponte-cais de Benguela. Por último ocupou-se da conta da caixa da colónia de Cabo Verde.



O *Diário do Governo*, 1.ª série, número 74, publicou o seguinte pelo Ministério das Colónias:

Decreto n.º 25.203—Organiza os serviços da Administração Central da Colónia da Guiné.

Decreto n.º 25.204—Estabelece o quadro do serviço administrativo da colónia de Cabo Verde.

Decreto n.º 25.205—Estabelece a divisão administrativa da colónia de Cabo Verde.

Decreto n.º 25.206—Organiza os serviços da Administração Central da colónia de Cabo Verde.

Decreto n.º 25.207—Estabelece o quadro do pessoal dos serviços de Fazenda da colónia da Guiné.

O sr. Ministro das Colónias autorizou a abertura dum crédito para a conferência económica do Império Colonial.



Reuniu-se o Conselho Superior das Colónias, que se occupou novamente dos projectos e decretos relativos às importantes obras do Vale do Limpopo.



Em tôdas as nossas colónias de Africa está-se procedendo ao desenvolvimento da cultura do tabaco, que será dirigida por técnicos especializados.



Os gafanhotos continuam a causar graves prejuizos à agricultura, em Moçambique em várias regiões de Angola, bem como nos territórios da Companhia de Moçambique.

Além dos duzentos contos que o govêrno da metrópole autorizou, foi aberto na colónia de Angola um outro crédito, para fazer face a essas despesas.

Pelas brigadas de combate aos terríveis acrídeos, têm sido mortos milhões d'êles assim como destruída enorme quantidade de ovos, por meio de ingredientes e queima dos campos onde êles estão localizados, sendo abertas nas margens das machambas para onde são enchotados e queimados.



Foi determinado que os serviços de fazenda das colónias, se adaptem tanto quanto possível, à nova divisão administrativa das mesmas enquanto não forem definitivamente reorganizados os referidos serviços.



Reuniu-se o Conselho Superior das Colónias, sob a presidência do sr. dr. Aires Kopke, occupando-se das alterações às pautas aduaneiras das colónias sobre vinhos regionais, tipo Extremadura.

Assistiram à sessão, para o que tinham sido convocados, os delegados das associações comerciais de Lisboa e Pôrto, do Conselho Superior de Vinicultura, do Instituto do Vinho do Pôrto e do Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos. Na próxima reunião do concelho, com a assistência dos mesmos delegados, prosseguirá a apreciação do assunto.

Também o Conselho se occupou do processo relativo à produção de direito de carvão e óleos no pôrto de S. Vicente de Cabo Verde.



Foi publicada a portaria 8.072, a qual manda publicar nos *Boletins Officiaes* de tôdas as colónias as rectificações ao decreto n.º 24.970, que regula as correcções judiciais nas colónias, insertas no *Diário do Govêrno* n.º 36, de 14 de Fevereiro último.

Reuniu-se o Conselho Superior das Colónias, sobre a presidência do sr. dr. Manuel Fratel, que reassumiu as suas funções de secretário geral do Ministério occupando-se da reclamação apresentada pela "The West of India Portuguese," "Guaranteed Co. Ltd.," contra o estabelecimento de taxas de saúde no pôrto de Mormugão; e regulamentação da situação e destino das praças desertoras e do preenchimento das vagas dos funcionários dos quadros comuns do império colonial sujeitos a concurso.



Foi publicado o decreto 25.272, o qual determina, que sejam livres de direitos na colónia de Cabo Verde, a importação de hidrogénio destinado a sondagens aerológicas a cargo dos serviços de marinha e a exportação das respectivas taras vasiás, devolvidas aos serviços meteorológicos do Ministério da Marinha.



O Conselho Superior das Colónias apreciou o recurso interposto por Alfredo Neves de Almeida, capataz dos serviços dos portos e caminhos de ferro de Luanda, do despacho do encarregado do govêrno geral de Angola de 17 de Setembro de 1933 que homologou o parecer do Conselho Superior de Disciplina pelo qual foi mantido o castigo de quinze dias de suspensão de exercício e vencimentos aplicado ao recorrente pelo engenheiro director do pôrto e caminhos de ferro de Luanda, tendo acordado em remeter êste processo ao Conselho Superior de Disciplina das Colónias.



Foram enviados telegramas a tôdas as colónias, para subsidiarem a casa de Portugal em Anvers, para a representação do Império Colonial Português, na Exposição Internacional de Bruxelas, com a quantia que a cada uma delas foi indicada.



Reuniu-se sob a presidência do sr. dr. Manuel Fratel, o Conselho Superior das Colónias que se occupou dos seguintes recursos interpostos: pela Companhia Générale de Travaux au Congo, em Angola, do despacho do Govêrno que indeferiu a pretensão da recorrente para que lhe fôsse paga a diferença resultante da desvalorização da libra, pelos trabalhos de construção da ponte-cais de Benguela; por Maraná Sambagi Salgãoocar e Deu Pundolica Salgãoocar Pecocares, de acção, contra a portaria do govêrno da Índia, pela qual foi aprovado o projecto de compromisso do catálogo dos mazenos do Pagode de Xri Devi Xervanti e Vetal, de Advalpale; por Maria Nazaré Dionízio Pereira encarregada da rouparia do Hospital Central de S. Tomé, contra o despacho do Govêrno de S. Tomé e Príncipe que indeferiu o requerimento da recorrente em que pedia lhe fôsem mantidos os vencimentos que vinha recebendo e a que se julga com direito; por Horácio de Sana Barreto, 3.º official do quadro privativo da fazenda de Timor, contra a sua preterição a 2.º official.

Foi dado provimento a estes recursos.

Foi autorizada a Companhia Trans-Zambeian Railway Company Limited, com sede em Londres, a emitir obrigações até à importância de £ 2.100.000 (incluindo £ 1.400.000 já emitidas), destinadas ao prolongamento da linha do caminho de Ferro trans-zambeziano até à ponte sobre o Zambeze e à aquisição de material circulante.



Os pagamentos de vencimentos dos funcionários das colónias efectuados pela Tesouraria do Banco Nacional Ultramarino por conta das colónias abaixo indicadas realizar-se-ão nos seguintes dias: Cabo Verde, Estado da Índia, Macau e Timor, classes inactivas e activas (funcionários civis e militares) dia 29 de Abril.

Moçambique, classes activas, funcionários civis no dia 30 de Abril. Classes inactivas, funcionários civis no dia 1 de Maio. Classes activas e inactivas funcionários militares no dia 2 de Maio. Os funcionários civis e militares recebem os seus vencimentos nos termos do decreto n.º 16.470 de 18 de Março de 1931 no dia 6 de Maio.

Os recibos apresentados a pagamento só serão aceites pelo funcionários do Ministério das Colónias ao serviço junto da tesouraria do Banco Nacional Ultramarino, das 10 às 12 horas e das 13 e meia às 15 horas dos dias marcados para pagamento.



Pelo Ministério das Colónias foi publicado um decreto mandando aplicar aos oficiais e praças ao activo e reformados dos distintos quadros do Ultramar que residam na metrópole quando em tratamento nos Hospitais Militares, nos Hospitais Civis e casas de saúde, doutrina dos artigos 212.º do regulamento geral do Serviço de Saúde.



Vão ser publicados os seguintes decretos remodelando as oficinas navais da colónia da Guiné; dispensando o pagamento de 50 % dos direitos de exportação na colónia de Timor ao café da colheita de 1934 exportada em 15-4-1935; sobre o resultado das negociações levadas a termo para o esclarecimento do termo "designação", a empregar no artigo 1.º do decreto lei 23.011 de 7-1-1935 para ser publicado no boletim oficial de Moçambique; extinguindo o depósito de adidos da colónia de S. Tomé e Príncipe, estabelecendo normas sobre a importação e comércio de pólvora, armas e artefactos pirotécnicos nas colónias.

• • • • •

PERFEITO & C.^A

FABRICANTES E FORNECEDORES DE OURIVESARIA
PARA A METRÓPOLE, ILHAS E COLÓNIAS PORTUGUESAS

OFICINA:

VILA DE GONDOMAR

ESCRITÓRIO:

Avenida Rodrigues de Freitas, 189

Telefone 6251

PORTO—PORTUGAL

Livros e Publicações

Gentio de Timor—pelo tenente Pinto Correia.

Aqui está um livro que honra a literatura colonial dum país. Quanto a nós—e por aqui desejamos começar—o "Gentio de Timor," é a melhor obra do género publicada nos últimos dez anos em língua portuguesa. Estamos certos que o mesmo pensará o júri do Concurso de Literatura Colonial ao qual de-certo o tenente Pinto Correia vai enviar o seu livro.

Documentário etnográfico notável, escrito em boa linguagem, bem conduzido, revelando estudo e grandes qualidades de observação, o "Gentio de Timor," documenta ainda sobre as qualidades de funcionário colonial—aliás já reconhecidas—que durante a sua permanência em Timor revelou o sr. Pinto Correia.

Não são críticas, mas simples apontamentos de leitura, o que nesta secção costumamos dizer sobre livros e publicações. A que se refere ao "Gentio de Timor," é particularmente entusiástica e sai fora da sobriedade de que em geral usamos porque sinceramente cremos que é digna de todo o apreço, e que prestamos um serviço recomendando este livro precioso.

Brevemente faremos algumas transcrições na "Portugal Colonial."

«Estudos de Antropologia Colonial»—por J. A. Pires de Lima.

A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa editou a substancial conferência do ilustre Professor da Faculdade de Medicina do Dôrto, sr. dr. J. A. Pires de Lima, pronunciada na sessão inaugural da 1.ª Secção do I Congresso de Antropologia Colonial.

Trabalho dum homem de ciência com a sua reputação feita marca, com outros a que o Congresso de Antropologia realizado por iniciativa da Exposição deu lugar, um verdadeiro renascimento dos estudos portugueses de Antropologia Colonial.

«O Desemprego e a Colocação no Regime Corporativo»—por Ruy de Lordello.

Pode-se discordar das idéas do sr. Ruy de Lordello. O que não é possível é deixarmos de nos interessar por elas.

A questão que versa é vasta para se poder meter inteiramente dentro do meio cento de páginas em que o autor a encorrou, mas está bem pôsto, com clareza, com magnífico espírito de análise e com conhecimentos económicos que não são vulgares nem improvisados.

Julgamos—mas isto é um ponto de vista puramente pessoal—que o livro do sr. Lordello não é um catecismo de soluções práticas. O último capítulo "Conclusões," não mantém o valor incontestável dos anteriores. Mas temos a certeza de que constitui toda a matéria que lemos o subsídio valioso de alguém que não é um insignificante, nem um valor banal nesta matéria.

Portugal 1934—pelo Secretariado de Propaganda Nacional.

Já toda a imprensa diária se referiu a esta publicação pelo que nos dispensamos de fazer novos comentários, que seriam redundantes. Diremos apenas que é inteiramente justa a consagração que recebeu por parte de toda a crítica e que, de facto, se trata da melhor edição que no género se tem publicado em Portugal.



Indigena da Colônia Portuguesa

O problema nacional do comércio importador de algodão em rama em Portugal

Necessidade da sua organização e regulamentação em benefício do algodão colonial português

PORTUGAL está em plena organização das suas actividades económicas, adentro do Estado Novo Corporativo.

A transição, porém, do liberalismo económico do século XIX, que criou fundas raízes entre nós, para a nova ordem de coisas, representa um salto brusco, e não pode, portanto, realizar-se sem dificuldades. É uma obra lenta, sistemática e harmónica a que o Governo terá de presidir, serena e reflectidamente.

A legislação sobre o Estatuto do Trabalho Nacional — decreto-lei número 23.049 — cria, para as actividades produtoras, os «Grémios» com funções organizadoras e reguladoras da produção, sob a fiscalização do Estado, segundo o regime da economia auto-dirigida. Alguns desses «Grémios» encontram-se já instituídos e em pleno funcionamento, e os seus resultados — embora haja quem, por política mesquinha ou por interesses feridos, pretenda desvirtuá-los... — são evidentes.

Ultimamente, os importadores de algodão em rama, do Norte de Portugal — porque é na cidade do Porto que o comércio importador desta importante matéria prima tem a sua principal séde — após reunião conjunta, deliberaram solicitar do Governo a constituição do seu «Grémio», isto é, a sua incorporação no Estado Corporativo, por meio de diploma, de livre concepção governativa, que seja, ao mesmo tempo, a garantia do seu trabalho e a regra obrigatória que submeta aos indispensáveis preceitos técnicos todos os que, em Portugal, exerçam ou venham a exercer este comércio, e que obste a quaisquer tentativas ou tendências de desvio do espírito corporativo que, por qualquer circunstância, possam vir a manifestar-se dentro do seu grupo económico.

O comércio importador de algodão em rama obedece às complexas e rigorosas «Re-

gras de Liverpool» (*Rules and Forms of Contracts of the Liverpool Cotton Association*) que lhe impõem não só determinadas condições financeiras — sólido crédito — como aptidões técnicas e capacidade profissional.

Este comércio está, pois, única e exclusivamente na mão dum restrito número de importadores, que se dedicam, tão somente, a este ramo de negócio, visto que, como é sabido, a indústria não importa e o importador ou fornecedor da matéria prima não fabrica.

Convém acentuar que a importação do algodão em rama, em Portugal, representa uma drenagem de ouro que ascende a mais de 150.000 contos, anualmente — sendo o seu montante superior a qualquer outro produto de importação.

O algodão em rama importado tem várias procedências — América do Norte, Brasil e Inglaterra, países estrangeiros, e, ainda, Angola e Moçambique — atingindo essa importação global 21.000 toneladas, das quais, apenas umas escassas 2.000 (números redondos) são de origem portuguesa — Angola e Moçambique.

A diferença entre a importação estrangeira e a colonial portuguesa é evidente e vem demonstrar a necessidade imperiosa de intensificar a cultura do algodão colonial português, a-fim-de, como é mister, e a economia nacional o exige, restringir ao mínimo, e na medida do possível, a importação estrangeira que representa uma drenagem de ouro que, este ano, ascenderá a 170.000 contos.

É de lamentar que, num país colonial, como o nosso — Terceiro Império Colonial do Mundo — produtor de algodão, haja necessidade de recorrer à importação desta matéria prima de países como o Brasil e a América do Norte, para os quais a nossa exportação é relativamente insignificante ou se encontra

prejudicada — principalmente com o Brasil que, sobretudo depois de 1934, agrava grandemente a nossa balança comercial, visto que o aumento da importação de algodão brasileiro, de Portugal, não só cobriu as baixas relativas, havidas na importação de alguns produtos brasileiros—café e peles em bruto—mas, ainda, foi bastante para fazer subir as vendas do Brasil a Portugal nos primeiros onze meses de 1934, muito acima das de Portugal ao Brasil.

Os seguintes dados estatísticos são eloquentes:

Em 1933, de janeiro a novembro, compramos ao Brasil 239 toneladas. Em 1934, durante igual período, **4.365 toneladas!!!**

É caso para perguntar, com fundado receio: se esta importação entrar num futuro regime de «clearing» para liquidação dos créditos congelados atrasados no Brasil, em que posição ficarão as Colónias Portuguesas?...

Ainda que outras e imperiosas razões não houvesse para a organização e regulamentação do comércio importador do algodão em Portugal, esta a tódas sobreleva: — contribuir para o desenvolvimento progressivo da importação do algodão nas Colónias Portuguesas, dando-lhe preferência; cotando-o, à descarga, mediante classificação em quatro tipos, comparados a quatro tipos clássicos de algodão americano; concedendo-lhe, no caso do Governo entender necessária uma diferença bonificadora de preço ou qualquer compensação ou incentivo de cultura, um prémio, dado pelo sistema actual de protecção ou por elevação de cotações, ou, ainda, conforme o critério expresso pelo Governo em diploma especial; e rateando-o e distribuindo-o, obrigatoriamente, por todos os sócios do «Grémio».

Anima, ainda, os importadores de algodão em rama em Portugal o propósito patriótico de, na medida das suas possibilidades, contribuir para, conjuntamente com a indústria nacional de Fiação e Tecidos, se promover a intensificação da cultura do algodão colonial português, em colaboração íntima com o Estado e os governos das respectivas Colónias.

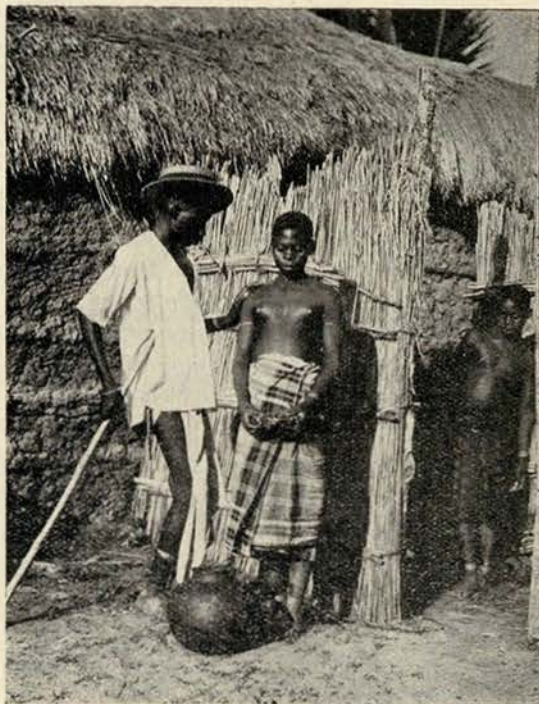
É este um dos aspectos do problema que mais impõe a sua solução imediata, pela valorização que representa dos interesses do Império ligados aos da economia nacional.

De resto — e isto importa aqui consignar

Cá e lá...

A mulher de Inhassungu já não é o elemento passivo e sem vontade, acorrentada à escravidão odiosa a que, fatal e irremediavelmente, a condenavam os costumes indígenas e a ganância dos «papás», que, desde o berço, a tornavam propriedade do **melhor pagador**.

Já se vai emancipando dessa lei bárbara e selvagem, já vai tendo as suas preferências, já estima que a adulem, já gosta que a lisonjeiem, já enfim... quer conversa.



E esta reacção civilizadora que tende a elevar o nível moral e social das donzelas negras, arrancando-as à classe das femeas para as enfileirar na das mulheres, deve-se especialmente ao patriotismo dos europeus da vila e à posição geográfica da área.

Da excelência do sistema para o aumento populacional não há também que duvidar. Basta percorrer um pouco o mato suburbano para que nos surja de cada canto um argumento favorável.—SERTÓRIO.

— a justa pretensão dos importadores de algodão em rama, do Norte de Portugal, é mais uma prova do alto interesse que a organização do Estado Corporativo está despertando nas actividades económicas nacionais.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês **Os vinhos de consumo nas Colónias**

A Metrópole está a braços com mais uma crise vinícola.

Verificado que a crise provinha dum excesso de produção foram apresentados pelo Governo ao Parlamento quatro decretos tendentes a debelar ou reduzir as suas causas. As propostas do Governo foram aprovadas—e este problema teve soluções a que podemos chamar puramente metropolitanas.

Havia uma razão de urgência para que assim acontecesse—e não se pode dizer que, perante ela o Parlamento e o Governo tenham resolvido mal.

Todavia é de considerar que a questão não foi tratada imperialmente, isto é, tendo em conta que somos um país colonial, que as colónias são hoje o único mercado sério e respeitável para os nossos vinhos de consumo e que a sua capacidade consumidora—embora haja certas opiniões em contrário—está muito longe de ser preenchida.

Perante um problema de excesso de produção, foram tomadas medidas restritivas dessa produção—mas não se encarou a questão, quanto a nós indissociável da primeira, de colocar esse excesso, alargando, por consequência, o mercado consumidor.

Diz-se: não é possível; o mercado não comporta mais larga colocação.

Sustento: é possível; o mercado colonial tem ainda, sobretudo entre o consumidor indígena, possibilidades quasi virgens de alargamento.

O sr. dr. Francisco Machado que no Parlamento levantou a questão do mercado colo-

nia, condicionou a sua conquista a uma correcção de fretes e de pautas.

Parece-me que não é assim que o problema se resolverá.

Qualquer baixa de fretes (que é possível) ou de pautas (que não é conveniente) diminuirá rendimentos das Companhias de Transporte e do Estado, sem vantagem para o consumidor.

O intermediário arrecadará a diferença e venderá o vinho pelo mesmo preço. É sempre assim: di-lo a experiência.

Julgamos que o Governo fez tudo ou quasi tudo do que podia e devia fazer em matéria de pautas, propaganda, medidas de nacionalização do comércio etc. Quem ainda pouco ou nada fez foram os produtores—esses mesmos que hoje se lamentam e bramam contra a crise.

Perante as medidas já tomadas pelo Estado, porque não se organizaram ainda para o estabelecimento de armazéns de distribuição nas colónias? Porque não procuraram directamente ou através de intermediários menos gananciosos esse consumidor que desconhece os seus produtos? Porque não cuidaram também do tratamento especial de vinhos para o mercado colonial? Porque hesitam, receiam e preferem reclamar do Estado o que elles próprios tem de cumprir?

Não, a questão no estado em que se encontra, não pode ser resolvida só pelo Estado, que tem cumprido—mas por aqueles que para defenderem os seus interesses tem que contar e dispôr também dum esforço próprio.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Foi indigitado para vice-presidente, do conselho do governo da colónia de Cabo Verde, o sr. dr. Júlio Barbosa Nunes Pereira.

• Vai ser autorizado o governo de Cabo Verde a abrir um crédito para pagamentos dos vencimentos a um agrimensor.

• Foi nomeado para o cargo de chefe da Repartição Militar da Colónia de Cabo Verde, o capitão de infantaria Vasco Ramos de Figueiredo.

• O governo de Cabo Verde continua tratando da construção do porto grande de S. Vicente e o seu apetrechamento.

• Foi autorizado o governador da colónia de Cabo Verde a abrir um crédito especial da importância de 5,742\$, destinado ao pagamento dos vencimentos devido ao agrimensor adido fora do serviço da mesma colónia, Raul Pires Ferreira Chaves.

Guiné

O governador da Guiné segue hoje para o interior da colónia em serviço oficial, regressando depois de amanhã a Bolama.

• Foi publicado o decreto 25.240, o qual insere a tabela de receitas e despesas da colónia da Guiné.

• Foi autorizado o governador da colónia da Guiné a reforçar com 35.000\$ a tabela de despesa ordinária vigente, destinada a duplicação de vencimentos, a fim de serem pagos os serviços dos facultativos interinamente nomeados para as delegações de Canchungo, Farim e Batá.

• Os vencimentos dos funcionários da Guiné, são pagos em 28 do corrente e os que recebem nos termos do decreto n.º 13.470 em 8 de Maio próximo.

• Pela publicação do decreto 25.252, foram remodeladas as oficinas navais da colónia da Guiné.

S. Tomé e Príncipe

O sr. Ministro das Colónias, ouvido o Conselho Superior de Disciplina das Colónias, aprovou a reorganização do quadro administrativo dos funcionários na colónia de S. Tomé e Príncipe, em harmonia com a nova reforma Administrativa Ultramarina, o qual é constituído pelos funcionários de administração civil e dos negócios indígenas em categoria correspondente a chefe de posto. Ingressam no mesmo quadro os seguintes funcionários.

António Rodrigues de Almeida Correia, Fernando de Sousa Guedes Machado, José de Vasconcelos, Sá Guerreiro, Duarte Lobo da Costa, e Domingos Ramos.

Como aspirantes fazem parte do quadro os seguintes funcionários.

Albertino Pires dos Santos, José Rodrigues Pedronho, Sebastião Gracias, António Aires Lourenço de Carvalho, José de Sousa Baía, João Menagem, João Viana, Ricardo da Fonseca, Manuel Guadalupe Pires dos Santos Gomes, e Jaime Eduardo José da Silva Pereira.

Ao antigo 1.º oficial da Conservatória dos Serviços Coloniais, Afonso de Barros, atingido pelo limite de idade, estabelecido pela Reforma Administrativa, foi determinado que continue ao serviço nos termos do artigo 23.º do decreto n.º 23.941 de 31-5-1934, até poder ser aposen-

tado em harmonia com o artigo 6.º do decreto n.º 22.793.

• Da Repartição de Contabilidade do Ministério das Colónias comunicam que o pagamento de vencimentos, a cargo deste Ministério, respeitantes ao mês de Março de 1935, que tenham de ser efectuados pela tesouraria do Banco Nacional Ultramarino, por conta da colónia de S. Tomé e Príncipe, realizar-se-ão :

Classes activas e inactivas: dia 5 de Abril, funcionários civis e militares. Os recibos apresentados para pagamento só serão aceites pelo funcionário deste Ministério em serviço junto da tesouraria do Banco Nacional Ultramarino, das 10 às 12 e das 13 e meia às 15 horas, nas dias marcados para pagamento.

• O governador de S. Tomé enviou ao Ministério das Colónias o projecto do orçamento para o futuro ano económico cujas verbas são : receita, 9.178.243\$12 ; despesa 3.255.603\$74, havendo portanto, um saldo de escudos 922.639.03.

• Foi nomeado, inspector administrativo das Colónias, o antigo chefe da Repartição Militar e antigo encarregado do governo da colónia de S. Tomé, capitão José Salvação Barreto.

• O governo de S. Tomé informou que a previsão anual das receitas foi de 7.953 contos e que durante os 9 meses últimos se cobraram 6.147 contos.

• Foi extinto o depósito de adidos que funcionava junto do corpo de polícia da colónia de S. Tomé e Príncipe.

• Foi autorizado o governador da colónia de S. Tomé e Príncipe a abrir um crédito especial da importância de 18.000\$ para pagamento dos salários, durante o ano económico corrente, dos auxiliares de contabilidade.

Angola

Foi autorizado o governador geral de Angola a abrir um crédito de 5.522.422,15 anholares, com contra-partida do empréstimo realizado para a construção e aparelhagem do porto do Lobito.

• São isentos de direitos de importação, em Angola, o trigo e outras sementes adquiridas pelo Estado para serem distribuídos por colonos e indígenas, nos termos do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24.794, de 19 de Dezembro de 1934, quando adquiridos na metrópole.

• Foi telegrafado para Angola para ali estar tudo preparado de forma que os trabalhos para o fornecimento de luz e água a Loanda comecem imediatamente assim que chegue ali o respectivo material e o competente pessoal que ontem embarcou.

• Vai ser promovido a juiz o delegado de Loanda, sr. dr. Silva Torres, e colocado interinamente em Benguela.

• Segundo telegrama vindo de Angola não tem fundamento a informação de terem diminuído as áreas cultivadas no planalto de Benguela. Pelo contrário, segundo informações oficiais daquela província, verifica-se o aumento das áreas cultivadas, especialmente de milho.

• O presidente da Relação de Loanda propoz para substituir o sr. dr. Euclides de Menezes, que deve regressar à metrópole no fim do corrente mês, o desembargador sr. dr. Dário Calixto como vogal do Tribunal.

• Foi publicado o acordão proferido nos autos do recurso em que Artur de Sá Mascarenhas recorre do acordão do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas da colónia de Angola que negou provimento à reclamação feita pelo recorrente acerca da deliberação da comissão administrativa da Câmara Municipal de Malange que o demitiu do lugar de secretário da mesma Câmara.

• Foi mandado estudar o projecto de instalação e de actuação no Instituto de Medicina Legal de Angola, com sede em Loanda.

Foram adquiridos mais alguns guindastes para o pórtico de Lobito.

• Foi transferido de Cabo Verde para Loanda o 1.º oficial de fazenda sr. Augusto Nogueira Silva, onde irá exercer o cargo de sub-director dos mesmos serviços naquela colónia.

• Segundo um telegrama recebido do governo de Angola, os elementos estatísticos apresentados pelos serviços aduaneiros da colónia relativos ao ano findo são os seguintes:

Exportação, 242.000 contos; Importação, 166.000 contos. As exportações teriam atingido 300.000 contos, se não fosse a praga dos gafanhotos.

Em virtude dos prejuízos causados por êsses acrídios e pela estiagem houve ao princípio do corrente ano uma quebra no movimento comercial. Em algumas regiões da colónia tem sido semeado menos trigo, mas tem triplicado a sementeira de milho.

• Foi autorizado o governador geral de Angola a abrir um crédito especial de Ags. 100.033,32, destinado ao resgate de títulos de obrigações da dívida de Angola — Alcool.

• Vão ser preenchidos os lugares de professores primários das escolas de Benguela, Caxito e Pórtico Alexandre por professores interinos.

• O governo de Angola informa que no enclave de Cabinda não há campo próprio para aterragem, mas que é praticável à aterragem em Yabo, região ao sul da fronteira luso-belga.

• Foi autorizado o 1.º tenente engenheiro hidrógrafo Manuel Afonso Dias a representar Portugal na definição das fronteiras luso-belga, nas águas do rio Zaire, e, com a missão belga, proceder aos respectivos trabalhos em África.

• Chitato (Angola) vai deixar de ser intendência mil tar.

• Em alguns dos distritos mais importantes de Angola vão ser criados sindicatos Agrícolas e Pecuários.

• Vai ser publicado um diploma regulando o funcionamento do novo Grémio de Exportadores de Gado em Angola.

• O governador de Angola, informa existirem 7 vagas de aspirantes aduaneiros que vão ser preenchidas pelos aspirantes adidos.

• O governador geral de Angola, enviou ao ministério das Colónias, o relatório e respectivo inquérito que foi mandado proceder ao Sindicato de Pesca de Mossamedes, inquérito que trata da sua situação industrial e financeira. O governador propõe a instalação de uma fábrica de farinha de peixe em Pórtico Alexandre, a funcionar já em Setembro próximo.

• O governo de Angola informa em telegrama que seguiram dali para Lisboa, no vapor "Quanza", 20 condenados e várias pessoas de família dos mesmos.

• Segundo informações do governador de Angola, sabe-se que foi de 5.248.408 o total de toneladas dos navios entrados na colónia em 1934 sendo 2.794.296 respeitante à navegação nacional e 1.434.143 relativas à navegação estrangeira, não tendo havido navegação francesa.

Importam-se 68.000 toneladas de carga e exportaram-se 162.000.

• Foi aberto um crédito de 5.322.442,15 angolares para a construção de aparelhagem do pórtico de Lobito.

• A Câmara Municipal de Loanda pediu para ser contractado um architecto urbanista.

Moçambique

A Câmara Municipal de Lourenço Marques foi autorizada a adquirir dezesseis auto-omnibus, a ólios pesados, para o serviço de viação, conforme em tempos noticiámos.

• O governador geral de Moçambique comunicou que a receita cobrada pela fazenda de Julho próximo passado a Fevereiro do corrente ano foi de 160.729 em contos, mais 31.534 contos que no ano anterior e mais 14.414 contos, previsão dêstes 8 meses.

• O antigo governador de Quelimane sr. capitão Ferreira de Carvalho, passou a exercer o cargo de chefe de gabinete do governador geral de Moçambique.

• De Moçambique enviaram uma exposição ao Ministério das Colónias pedindo a suspensão, durante três anos, em todos os seus efeitos, do decreto n.º 19 de 1933. Solicitam também que seja reduzido a 1 terço os valores dos foros que actualmente se cobram em ouro, durante esse período de tempo e, manter, durante 3 anos a concessão que vem sendo feita pelos artigos 100 e 79 respectivamente dos decretos N.º 22.793 e 23.741.

• Vai ser criado em Moçambique um parque de domesticação de animais bravios.

• Vão ser fixados os vencimentos do comandante militar e do sub-chefe do Estado Maior de Moçambique, sendo o do primeiro de 126 contos anuais e do segundo de 119.

• O governo de Moçambique enviou 1.700 contos para pagamento dos seus encargos na metrópole.

• O governador de Moçambique requisitou, conforme dissemos dois engenheiros para dar começo aos trabalhos do caminho de ferro de Magude e Lionde, via que se destina principalmente a servir a fértil região no vale do Limpopo.

• Foi autorizada a "TransZambeian Railway Company, Ltd.", a emitir obrigações no valor de dois milhões e cem mil libras.

• Foi autorizada a Câmara Municipal de Chinde, a contrair com a Caixa Económica Postal um empréstimo de 200 contos para a montagem dos serviços eléctricos.

• Foi aprovada a proposta para o estabelecimento de um posto meteorológico em Tete assim como noutros pontos da colónia de Moçambique destinados ao estudo da meteorologia e climatologia das suas diferentes regiões, para com a colaboração das colónias vizinhas poder assegurar-se um serviço regular de informações meteorológicas à navegação.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, o número de alunos neste ano lectivo, aumentou consideravelmente, tendo sido desdobradas várias turmas para as quais, serão nomeados os professores provisórios Caetano Mendes, António Salgueiro, Francisco Maldonado, Jacinto Freitas, Carlos Silva, Manuel Braz, Sobral Campos, Frederico de Sousa, António Pinto, Justino Abreu e Carlos Figueiredo.

• Foi publicada a portaria 8.080, a qual manda publicar no "Boletim Oficial", da colónia de Moçambique o decreto-lei n.º 23.091, que autoriza a companhia The Central Africa Railway, com sede em Londres, a emitir obrigações, ao juro de 5 por cento, até à importância de £ 1.700.000, destinada à construção de uma ponte sobre o rio Zambeze.

• O governador de Moçambique propôs a abertura dum crédito destinado ao fabrico de soro para vacinas destinadas a animais.

Índia

Vai proceder-se ao censo da emigração no Estado da Índia.

❖ Vão ser fixados os vencimentos do funcionalismo do Estado da Índia, cuja revisão está sendo feita.

❖ Pelo Estado da Índia, Repartição de Estatística, foi publicado o Anuário da Índia Portuguesa, esplêndida edição de indiscutível mérito, com vastos subsídios, e que se recomenda a quem se dedique a assuntos coloniais.

❖ Segundo informação vinda da Índia já foi restaurado o histórico castelo de Diu, cujas importantes obras foram custeadas pela verba consignada no orçamento para esse fim.

❖ Foi prorrogado até 30 de Junho do corrente ano o prazo para a posse definitiva dos terrenos da Índia concedidos por aforamento.

❖ "The West of India Portuguese Guaranteed & Co., Ltd., reclamou ao Ministro das Colónias contra o estabelecimento da taxa de saúde no porto de Mormugão.

❖ Pelo Ministério das Colónias vai ser publicado um decreto determinando que a tabela da receita e despesa do Estado da Índia, junta, fique fazendo parte como anexo do orçamento da referida colónia.

❖ Segundo informação referida no Ministério das Colónias, foi reforçada a verba dos anais meteorológicos de Nova Goa.

❖ Foi nomeado vogal do Tribunal Administrativo do Estado da Índia, o bacharel António Anastácio Bento da Costa, juiz desembargador da Relação de Nova Goa.

❖ Vai se dar execução às obras de abastecimento de água no planalto de Pangim (Índia).

❖ Foi transferido para a comarca de Salsete, o bacharel Joaquim Rodrigues de Brito, delegado do Procurador da República, na comarca de Damão.

❖ Foi transferido para a comarca das Ilhas de Goa, o licenciado José Manuel dos Santos e Silva, delegado do Procurador da República, na comarca de Salsete.

❖ Tendo o governador geral da Índia enviado pelo vapor "Rabemfels", 63 caixotes contendo valores postais selados, caixotes que até à presente data, segundo consta, não chegaram a Lisboa foram pedidas informações telegráficas sobre o assunto.

❖ Vão ser reorganizados os serviços agrónomicos do Estado da Índia.

❖ Vai ser criada na Índia uma comissão reguladora do comércio de arroz e de côco e vai ser constituída uma central eléctrica em Bardes.

❖ Está aberto concurso documental pelo espaço de 30 dias, para o provimento de uma vaga de farmacêutico no quadro de saúde do Estado da Índia.

❖ Vai ser feita à Casa da Moeda uma importante requisição de selos postais de várias taxas destinados à nossa colónia da Índia.

Macau

O governo de Macau comunicou ter aprovado em conselho de Governo, o projecto de reorganização da polícia daquele concelho e ilhas.

Foi nomeado comissário de polícia naquela colónia o sr. capitão Mayer, estando indigitado para comandante da polícia da mesma colónia o capitão sr. Pessoa de Amorim.

❖ Ficou definitivamente estabelecida a comunicação rádio-telegráfica directa entre Macau e Nova Goa, com o comprimento de onda, respectivamente de 33,55 e 33,40 metros, funcionando às 11 e 2 horas. Por enquanto destina-se apenas ao serviço oficial, esperando-se no entanto que em breve seja aberta ao serviço particular.

❖ O governador de Macau propõe a aprovação do crédito necessário para as reparações urgentes de que necessita o material flutuante de todos os serviços marítimos daquela colónia.

❖ O governador de Macau propôs para ser pôsto ali em execução o diploma que estabelece o regime de incompatibilidades.

❖ O governador de Macau, em vista do juiz da comarca passar ao quadro da metrópole e o delegado ser promovido, pede para serem providos estes lugares com urgência.

❖ Devem ser recontratados os chefes da contabilidade, os chefes dos Armazéns Gerais, e mestre da dragagem do porto de Macau.

❖ O govêrno de Macau informa que segundo comunicação da Direcção dos Correios de Hong-Kong, ficou estabelecido o serviço de expedição de malas via Sibéria por intermédio dos correios de Shanghai.

❖ Para pagamento dos seus encargos na metrópole o govêrno de Macau vai enviar para o Ministério das Colónias 200 contos.

❖ Representantes de capitalistas da América do Norte, segundo informações recebidas de Macau, propõem-se constituir ali uma sociedade portuguesa para a produção de filmes chineses e a exploração do cinema.

Esta sociedade, na sua petição, diz não querer o exclusivo, mas pretende tomar de arrendamento 13 hectares de terreno junto do porto exterior da colónia, não chegando a abranger uma zona de 80 metros junto ao mar, bem como a devida autorização para filmar em toda a colónia mediante determinadas condições. Pode mais a isenção de direitos e impostos para o teijolo e cimento a importar para as suas construções, assim como a isenção das contribuições predial e industrial por 5 anos, a partir da data da concessão. A sociedade compromete-se a gastar 700.000 patacas nos primeiros 8 meses e 350.000 nos 12 meses seguintes.

A referida empresa já transportou para Macau grande quantidade de maquinaria. Sobre esta pretensão vão ser ouvidas as estações superiores do Ministério das Colónias.

❖ Segundo comunicação recebida de Macau, foram organizadas as contas da gerência e exercício, relativas a 1933-34, cujo saldo positivo é de patacas 755.907,57 e que o excesso de cobrança sobre a previsão das receitas no referido exercício foi de patacas 80.893,51.

❖ O bispo de Macau pediu para seguirem para ali 10 alunos de Lisboa, a fim de irem frequentar o Seminário daquela colónia, no intuito de preparar com indivíduos europeus o clero para o serviço do padroado do Oriente.

❖ O govêrno de Macau, pede autorização para ser aberto desde já o serviço radiotelegráfico particular devidamente taxado e o oficial, gratuito, entre aquela colónia e o Estado da Índia.

❖ O sr. capitão Alexandre Mayer, novo comandante da polícia de Macau e ilhas, desistiu de frequentar este ano o Curso Central da Escola de Oficiais.

Timor

Segundo comunicação recebida no Ministério das Colónias, foi iniciada a carreira postal aérea via Bandoeng, importante melhoramento que aproxima Timor da metrópole.

❖ O govêrno de Timor enviou ao Ministério das Colónias o relatório relativo ao inquérito que mandou proceder a todas as circunscrições e administrações de concelho e antigos comandos de pôsto.

❖ Logo que haja verba, devem seguir para Timor,

vários funcionários superiores e outros subalternos para o serviço da colónia.

❖ O governador de Timor informa que os campos experimentais de algodão produziram admiravelmente, o que leva a intensificar-se essa cultura no corrente ano, ingressando nela os indígenas.

❖ O governador de Timor informa que o novo organismo industrializado do curtimento de peles, especialmente crocodilos, está produzindo magníficos exemplares.

❖ Vai ser montada uma estação rádio-telegráfica por conta do Estado em Timor, comunicando com a metrópole.

❖ A nova estação rádio-telegráfica que vai ser montada em Dili, Timor, ficará habilitada a atender à navegação em 600 metros.

❖ Pelo governo de Timor vai ser publicado um diploma regulando a entrada do álcool, gasolina, óleos e petróleo na colónia, exercendo-se uma rigorosa fiscalização de modo a assegurar o equilíbrio económico da referida colónia, bem como a regulamentação da importação e exportação de carborantes.

❖ O governo de Timor informa que é elevado a 7 patacas o imposto de capitação a partir de 1 de Janeiro de 1936.

❖ O governo de Timor propõe que sejam mantidos nos seus respectivos lugares os funcionários interinos, enquanto esses lugares não forem providos definitivamente.

❖ O governador de Timor pediu que lhe fosse enviado a área do croquis do terreno destinado a Timor na futura Exposição Internacional Colonial a realizar em Lisboa.

Associação Comercial de Loanda

Foram eleitos os corpos gerentes desta prestimosa colectividade para o exercício do corrente ano ficando constituídos pela forma seguinte :

Direcção : presidente, João de Sousa Machado ; vice-presidente, Abílio Coutinho Romão ; 1.º secretário, Diogo Socrates Gonçalves Machado ; 2.º secretário, Manoel Correia da Silva ; tesoureiro, Joaquim da Assunção Faria ; vogais, Frederico dos Santos, António Paulino Melo.

Conselho fiscal : Manuel Rodrigues Lagos, João Joaquim de Melo e Amadeu Salvador dos Santos.

Associação dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura do Amboim.

De conformidade com os seus estatutos foi eleita em Assembleia Geral a comissão administrativa para gerir esta associação durante o corrente ano, que ficou assim composta :

Presidente, Francisco de Moraes Sarmiento ; secretário, Armando de Carvalho Byão Marçal Corrêa ; tesoureiro, José Henriques Castanheira Júnior ; vogais, Manuel Simões Alexandre Júnior, César Alves Leal, Carlos Augusto França Guimarães, José Afonso Moura de Figueiredo.

Belezas indígenas

Esta interessante rapariga é um dos elementos que mais têm contribuído no Inhassunge e Carungo para o movimento feminista tendente a emancipar a mulher indígena das leis selvagens e deshumanas, que, em obediência aos seus costumes, a acorrentavam à escravatura odiosa dos contratos matrimoniais *ab ovo*.

Inteligente e esperta, aprendeu depressa a falar o *pre-*



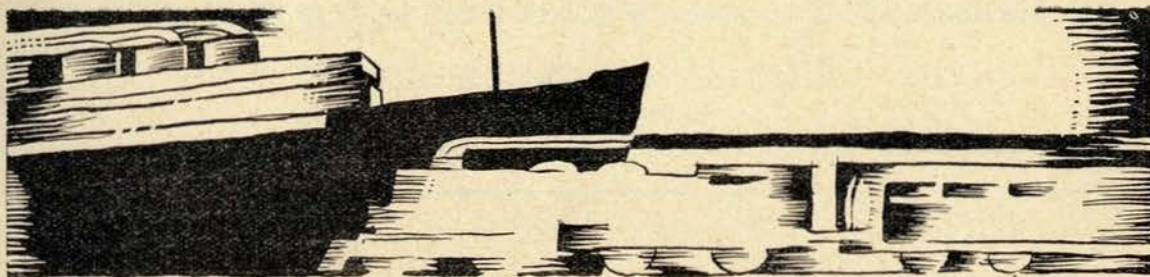
toquês e sabe já, que a melhor fruta de Lisboa é a alfarroba, que a maior terra de Portugal se chama Luz de Tavira (o seu protector é algarvio), que a árvore que dá o vinho se chama cacho, e que o senhor Rei se chama António.

Curiosa e sentimental não descurou também a sua educação artística, e dando à preferência à música em breve galgou mais um escalão no campo do progresso.

Hoje desafina rasoavelmente uns fados corriqueiros, mas as suas simpatias vão incondicionalmente para o *Cachicho da menina*, que lhe ensinou, em Quelimane, o gramofone do senhor Serrano.—SERTÓRIO.

Visado pela Comissão de Censura de Lisboa

PORTUGAL COLONIAL



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1931	1932	1933	1934		1935	
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro
LISBOA (cidade)	100	1.303	1.635	1.304	1.303	1.343	1.292	1.293

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Fevereiro	1935 15 de Fevereiro
Cacau fino	15 quilogr.	77\$00	40\$00
Cacau paiol	»	62\$00	30\$00
Cacau escolha	»	36\$00	20\$00
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	90\$00
Café de Novo Redondo	»	124\$00	61\$00
Café de Ambriz	»	123\$00	56\$00
Café de Encoje	»	116\$00	55\$00
Café do Cazengo (de 2. ^a)	»	120\$00	54\$00
Coconote	»	33\$00	14\$50
Copra	»	42\$00	16\$00
Óleo de palma, mole	»	45\$00	(d) 25\$00
Rícino	»	27\$00	15\$00
Gergelim	»	34\$00	(d) 18\$00
Algodão	Quilog.	10\$00	6\$00
Cera	»	16\$00	9\$60
Cola	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho	»	\$94	\$74
Coiros	»	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Janeiro de 1935

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	829.040	22.910.094	—	—	10.845.368	2.267.504
Banco N. Ultramarino (Sede)	12.311.046	5.251.388	173.159.876	92.270.363	148.318.114	122.239.054

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Fevereiro de 1935

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1935	1935	1935	1935
	Fevereiro	Janeiro e Fevereiro	Fevereiro	Janeiro e Fevereiro
Reexportação :				
Cacau	1.285.521	1.303.843	2.954.802\$00	2.996.218\$00
Café	226.066	226.066	757.245\$00	757.245\$00
Cera	83.527	93.654	744.264\$00	834.535\$00
Outras mercadorias	441.486	536.089	439.850\$00	738.763\$00
Total	<u>2.036.600</u>	<u>2.159.652</u>	<u>4.896.161\$00</u>	<u>5.326.761\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	992.313	1.410.652	3.647.320\$00	5.143.420\$00
Cera	17.404	17.404	156.800\$00	156.800\$00
Óleos de palma e côco	1.860	15.388	2.000\$00	12.450\$00
Outras mercadorias	460.893	781.119	535.990\$00	905.390\$00
Total	<u>1.472.470</u>	<u>2.224.563</u>	<u>4.342.110\$00</u>	<u>6.218.070\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas em Janeiro de 1935

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz.....	40.150	—	91.571	—	—	—
Açúcar.....	3.829.496	—	—	4.921.545	—	—
Café.....	647.785	10.705	—	212	25.084	15.828
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	63.296	—	23.547	9.422	—	—
Algodão em carogo, rama ou cardado.....	381.310	—	—	499.114	—	—
Sementes oleaginosas.....	789.810	511.934	2.658.617	228.697	526.899	—
Milho.....	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	1.087	25	29	1.472	142	498
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros).....	104.916	3.410	7.034	80.400	6.741	5.261
» » brancos (decalitros).....	27.856	748	1.400	44.826	1.003	323
» licorosos (decalitros).....	981	120	16	534	—	39
Conservas de vegetais.....	15.884	977	1.215	27.457	2.233	2.083
Sardinhas em salmoura.....	386	—	—	—	40	—
Conservas de sardinha.....	3.960	304	110	28.696	1.932	707
Conservas de peixe não especificado.....	152	—	—	7.369	—	—
Cortiça em rolhas.....	52	28	—	241	5	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1934		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		13 de Dezembro		15 de Janeiro	
						C.	V.	C.	V.
85\$00	83\$00	4-7-1934	1933	L. 4\$00	Agrícola das Neves.....	79\$00	82\$00	85\$00	87\$00
—	80\$00	27-11-1933	1932	L. 3\$00	Agricultura Colonial (Soc).....	77\$00	79\$00	81\$00	—
395\$50	375\$00	17-3-1934	1933	L. 15\$00	Açúcar de Angola.....	395\$00	398\$00	384\$00	390\$00
—	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 ² / ₅	Boror.....	31\$00	35\$00	30\$00	35\$00
—	—	—	1927	—	Cabinda.....	—	—	10\$00	12\$00
35\$50	35\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em.	38\$00	39\$50	35\$40	37\$00
—	—	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	—	—	33\$00	—
—	—	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	—	—	—	—
145\$00	131\$00	1-5-1934	1933	L. 5\$00	Ilha do Príncipe.....	132\$00	134\$00	143\$00	144\$50
11\$60	9\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	9\$00	9\$30	11\$50	11\$80



BANCO DE ANGOLA

EMISSOR DA COLÓNIA

SEDE: - LISBOA - RUA DO COMÉRCIO, 57 A 61

CAPITAL SOCIAL - ESC. 60.000.000\$00

Endereço telegráfico: ALDARO

DEPENDENCIAS:

DIRECÇÃO GERAL EM ÁFRICA E FILIAL

LUANDA - Rua Salvador Correia

AGENCIAS:

BENGUELA, BOMA (CONGO BELGA), CABINDA, LOBITO, MALANGE, MOSSAMEDES,
NOVA LISBOA, NOVO REDONDO, SÁ DA BANDEIRA, SANTO ANTÓNIO DO ZAIRE,
VILA LUSO, VILA SILVA PORTO

Juros cativos de impostos, abonados nas contas de depósito na sede do Banco

À ordem:

Até 500 contos..... 2 0/0 ao ano
Acima de 500 contos..... 1 0/0 ao ano

A Prazo:

De 3 meses..... 3 0/0 ao ano
De 6 meses..... 3 1/2 0/0 ao ano
De 12 meses..... 4 0/0 ao ano

FÁBRICA DAS ANTAS

S. A. R. L.

FUNDADA EM 1895

Rua da Vigorosa, 654 - PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 972

AS MAIORES INSTALAÇÕES DO PAÍS PARA O FABRICO
DE ARAME FARPADO E REDE DE ARAME PARA VEDAÇÕES

Malhas de Ferro para cimento armado e estuques. - Pregaria de arame, polida
ou zincada, para construções. - Pregaria, cravinhos e cardas
para calçado e outros usos. - Parafusos com rosca para madeira, em ferro e latão

OS SEUS PRODUTOS IMPÕEM-SE PELO
SEU ESMERADO FABRICO E EMBALAGEM

DEPÓSITOS no Norte do País: AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CHAVES, COIMBRA, FIGUEIRA DA
FOZ, GUIMARÃES, OLIVEIRA DE AZEMEIS E VISEU

Agências nas ilhas adjacentes e colónias portuguesas:

BEIRA	ANGOLA	CABO VERDE	MADEIRA	AÇORES
C. MOÇAMBIQUE	Raul Lelo	A. Martins & C. ^a	Leonel G. Luiz, L. ^{da}	Viriato M. Pereira
H. G. d'Almeida, L. ^{da}	Caixa Postal 147	Caixa Postal 35	Caixa Postal 79	R. Marquês da Praia, 12
Caixa Postal 112	LUANDA	S. VICENTE - CABO VERDE	FUNCHAL - MADEIRA	PONTA DELGADA
				S. MIGUEL - AÇORES